

PROJETO MAIS EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Maria Eduarda Fonseca Nunes¹; Carlos Magno Araújo Castelo Branco²; Romel Pinheiro³,

1 Graduada no Curso de Ciências Contábeis, Centro Timon, e-mail: mariaeduardafonseca@outlook.com, 2 Professor no Curso de Ciências Contábeis, Centro Timon, UEMA, e-mail: carlosbranco@professor.uema.br, 3 Professor no Curso de Administração, Centro Timon; e-mail: piromel@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

É nítida a dificuldade que as pessoas enfrentam com relação a suas finanças, lidar com seu próprio dinheiro é por muitas vezes um desafio, que afeta famílias de padrões de renda distintos. Na maioria das vezes pelo uso compulsivo do cartão de crédito fazem dívidas com juros exorbitantes e que muitas vezes não são capazes de sanar. A falta de autoconhecimento é um dos fatores que pode levar ao desequilíbrio, pois é necessário conhecer seus limites financeiros e seus desejos. Problemas como esse são cada vez mais comuns, o que torna de extrema necessidade o ensino da educação financeira na cidade de Timon.

A educação financeira permite que o indivíduo mudar suas preferências e administrar seu comportamento de consumo, gerando poupança. A educação financeira pode ser considerada como um suporte para o auxílio de famílias que pretendem obter melhor qualidade de vida e também para àquelas famílias que não têm controle nenhum sobre suas finanças. Analisando por esse lado, percebe-se que o uso de uma educação para o controle das finanças pode ajudar muito a reconhecer falhas e potencializar as riquezas pessoais. Assim, o processo de educação financeira no orçamento doméstico das famílias pode mostrar que tudo é possível dentro de um orçamento bem controlado, não importando quão grande ele é (SILVA et al, 2014).

O Projeto Mais Educação Financeira visa proporcionar educação sobre as finanças pessoais de maneira simples e de fácil entendimento para os membros da comunidade em torno da UEMA e apontar lhes técnicas de controle financeiro, afim de contribuir para que se torne cada vez mais palpável os desejos e sonhos de cada família. Para que isso não ocorra as famílias precisam dominar práticas de boa gestão financeira, aprendendo a compreender suas fontes de despesas e receitas, definir prioridades, cortar gastos, e encontrando um equilíbrio financeiro que satisfaça suas necessidades presentes e futuras. No entanto, para que se produza uma boa gestão financeira nas famílias é necessário que ocorra um processo de “reeducação financeira”.

Em geral, as pessoas são céticas quanto ao processo de reeducação financeira, e fazem os seguintes questionamentos: Mas será mesmo que as pessoas podem administrar bem o que ganham? Será possível reeducar uma família quanto ao uso de dinheiro, aos hábitos de consumo e práticas de planejamento financeiro? Nossa resposta, é que sim, é possível. E é isso que pretende este projeto.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da área de atuação

O projeto Mais Educação Financeira já foi realizado outras vezes e ocorre em comunidades diferentes, em que os jovens são de 15 a 23 anos e estudam em instituições públicas. São comunidades nas quais a equipe possui uma estreita relação. As orientações são realizadas de forma a orientar os indivíduos ou famílias a construir um equilíbrio financeiro e a resolução de problemas financeiros. Foram realizadas palestras para um público de aproximadamente 150 pessoas.

Figura 01: Localização do município de Timon-MA.



Fonte: Google Maps, 2020.

2.2 Procedimentos metodológicos

O projeto está organizado em sete etapas (Ver tabela 01). As duas primeiras etapas são anteriores a realização das ações na comunidade e tratam da preparação das equipes e da elaboração dos materiais de comunicação. Os materiais de comunicação são imprescindíveis para a realização do projeto, pois permite comunicar às comunidades os objetivos do projeto, e evitar possíveis equívocos sobre o que projeto trata. A primeira ação nas comunidades é o convite à comunidade. O convite à comunidade é uma etapa muito importante, pois nesta etapa explicamos do que trata o projeto e esclarecemos todas as dúvidas. É também nesta etapa que são definidos os acordos de cooperação entre as lideranças comunitárias e a equipe do projeto.

Uma vez estabelecidos os acordos realizamos a capacitação que será dividida em duas etapas. A primeira trata basicamente da elaboração do planejamento financeiro, e a segunda tratam de uma variedade de temas relacionados ao uso dos recursos financeiros da família. É nesta oportunidade que se apresenta o serviço de orientações de planejamento e resolução de problemas financeiros. A equipe identifica os interessados e agenda as orientações. As capacitações e as orientações serão realizadas nas próprias comunidades. No final do trabalho iremos visitar novamente as pessoas que receberam as orientações e realizar uma avaliação de como utilizaram as orientações.

Tabela 01. Etapas da realização do projeto.

Nº	Etapas	Atividades
1	Preparação das equipes	Treinamento da equipe sobre os procedimentos de abordagem comunitária, capacitação e orientação sobre educação financeira.
2	Elaboração do material de comunicação	Elaboração dos materiais de comunicação: cartazes, folhetos e uniformes dos projetos.
3	Convite à comunidade	Equipe realiza uma visita às comunidades e apresentam o projeto às lideranças comunitárias. Na oportunidade são deixados cartazes sobre o projeto.
4	Capacitações	As comunidades que estão de acordo em mobilizar os participantes, combinam duas datas, horário e local para a realização das duas capacitações. As capacitações ocorrem em espaços da própria comunidade.

5	Identificação de pessoas para a orientação	Durante as capacitações será apresentado aos participantes os serviços de orientação no planejamento e resolução de problemas financeiro. Uma vez identificado os interessados, será agendado a visita da equipe.
6	Orientação	A orientação ocorre em local, data e horário previamente agendado com a equipe. A orientação trata de diversos assuntos: elaboração de orçamento de fluxo de caixa, e de resolução de problema financeiros.
7	Avaliação	No final do projeto, realizamos uma avaliação com as pessoas que participaram das orientações e avaliamos como a educação financeira tem afetado suas decisões quanto ao uso do dinheiro.

Fonte: Nunes et.al, (2019)

3 RESULTADOS

As apresentações iniciaram dia 24 de setembro de 2019 na Semana do Contador, evento que ocorreu na UEMA Campus Timon, para alunos do curso de Ciências Contábeis.

Figura 2. UEMA – Campus Timon



Figura 3. UEMA – Campus Timon



Fonte: Nunes et.al, (2019)

No dia 11 de novembro de 2019, ocorreu a Semana de Administração, evento no qual a palestra também foi apresentada.

Figura 4. Semana De Administração



Figura 5. Semana De Administração



Fonte: Nunes et.al, (2019)

No ano de 2020 as atividades iniciaram no mês de fevereiro com visitas às escolas municipais e institutos escolares, em que foi feita proposta para a apresentação da palestra para os alunos.

Figura 5. Visita ao Colégio Militar



Figura 5. Visita ao Colégio Jacira



Fonte: Nunes et.al, (2019)

Foi feito um cronograma de apresentações para o mês de abril, maio e junho, juntamente com a direção das escolas e institutos, porém devido a pandemia do COVID-19, ficou inviável a realização das apresentações.

4 CONCLUSÕES

É aparente a necessidade do ensino da educação financeira nas escolas, pois boa parte dos alunos encontram dificuldades ao lidar com a relação entre a renda e os desejos e acabam entrando em dívidas e assim, provavelmente levados a terem o nome sujo.

Não saber como proceder diante do desequilíbrio financeiro ocorre principalmente pela falta de domínio de técnicas de controle financeiro, diante disso, o projeto mais educação financeira fez um trabalho social ao apresentar para jovens tais técnicas, na esperança de apresentarem aos seus familiares e assim facilitar o controle das finanças, dessa maneira puderam ver que seus desejos seriam reais pois sabiam as ferramentas necessárias para o planejamento a longo, médio e curto prazo.

Os alunos se sentiram motivados a seguirem as técnicas ensinadas pela equipe e interagiram uns com os outros, por meio de debates sobre o tema. Os professores também participaram das atividades desenvolvidas, relatando suas experiências com finanças. A equipe do projeto realizou uma dinâmica rápida com o público, para que cada um fizesse seu orçamento financeiro e entendesse em qual situação se encontra. O projeto Mais Educação Financeira é de extrema relevância tanto para o corpo acadêmico da UEMA – Campus Timon, como para os jovens das instituições escolares, onde finanças pessoais é um tema cada vez mais retratado, e evidenciado pela sociedade e pelas mídias sociais.

REFERÊNCIAS

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

EWALD, Luís Carlos. Sobrou dinheiro: como administrar as contas da casa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MIOTTO, Ana Paula Santos Cruz, e PARENTE, Juracy. Antecedentes e Consequências da Gestão das Finanças Domésticas: Uma Investigação com Consumidoras de Classe C. XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro-RJ, 07 a 11 de setembro de 2013.

PIRES, Valdemir. Finanças pessoais: fundamentos e dicas. São Paulo: Editora Equilíbrio, 2007.

ROSS, Stephen A., WESTERFIELD, Randolph W., e JORDAN, Bradford D. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Adrielle Jesus, PAIXÃO, Roberto Brasileiro, e MOTA, Fábio Lemos. Planejamento financeiro pessoal: uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais. XXI Congresso Brasileiro de Custos, Natal- RN, 17 a 19 de novembro de 2014.

AMBIENTALIZAÇÃO NOS PRÉDIOS DO CCSA E ANEXO DA PÓS-GRADUAÇÃO, LETRAS, CBS E FÍSICA/MATEMÁTICA

Thaynara Neves Souza¹; Gilson Martins Mendonça²

1 Graduanda no Curso de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: neves.thaynara@hotmail.com; 2 Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA.

1 INTRODUÇÃO

Diante dos constantes problemas ambientais, grande parte das organizações públicas ou privadas demonstra interesse na prática sustentável. A sustentabilidade ambiental remete-se a preservação do meio ambiente e a garantia do desenvolvimento socioeconômico (HAYASHI; SILVA, 2015).

A temática preservação ambiental e sustentabilidade devem ser inclusas e priorizadas nas organizações em todos os segmentos, abordando ações do uso consciente da água e energia, conceitos ecológicos que reduzam a utilização de recursos como forma de adotar a sustentabilidade e garantir reformulação de novos hábitos (KRAEMER, 2012).

Em 1999 foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) tendo em vista o consumo sustentável com o objetivo de sensibilizar os servidores, otimizar os recursos, combater o desperdício e proporcionar um ambiente de trabalho mais sustentável (OLIVEIRA; GASELHA, 2014; SANTOS; MOURA; FERNANDES, 2012). Desse modo, ocorrerá de forma gradativa a redução de impactos socioambientais nocivos ao meio ambiente e sociedade, a diminuição da geração de resíduos e a promoção de condições de trabalho mais satisfatórias, contribuindo para o consumo consciente com racionalização das finanças públicas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

O presente estudo objetivou implementar projetos de Agenda Ambiental em consonância com a A3P, a fim de estimular a comunidade acadêmica da UEMA a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. Com essa ação, além da destinação correta dos resíduos, cumpre-se a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em concordância com o Decreto Federal de nº 5.940/2006, que a regulamenta.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido nos prédios do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e anexo da pós-graduação, da Coordenadoria de Bens e Suprimentos (CBS), de Letras e de Matemática/Física do Campus Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

O diagnóstico ambiental foi realizado por meio da análise de aspectos dos meios físico e biológico, usando rápidas metodologias de avaliação ecológica, além de aplicação de questionários semiestruturados que contemplassem os aspectos socioambientais dos prédios.

Os questionários utilizados foram criados a partir do Google Forms, visando evitar o desperdício de papel. O mesmo continha um total de 11 perguntas, sendo 7 abertas e 6 fechadas contemplando os aspectos da percepção ambiental. O percentual mínimo estipulado para aplicação em cada prédio foi 10% do quantitativo do pessoal, distribuídos entre docentes, discentes e demais servidores.

Nos respectivos prédios foi intensificada a redução dos resíduos gerados a partir das coletas realizadas, conversas informais com servidores, funcionários e discentes, bem como a adequada destinação e tratamento sustentável dos mesmos, além da intensificação dos projetos Adote uma caneca, Nosso Papel, Água e Energia.

Quanto ao projeto NOSSO PAPEL, com o auxílio de alguns funcionários da empresa Liberty Serviços e Comércio, o papel descartado nas caixas AGA/UEMA foi recolhido, realocado em sacos identificados por prédio e levado pelo bolsista responsável à carroceria do carro liberado pela Prefeitura do Campus. Após a coleta, todo resíduo foi destinado ao Ecoponto Solidário da ECOCEMAR, localizado no Campus Paulo VI.

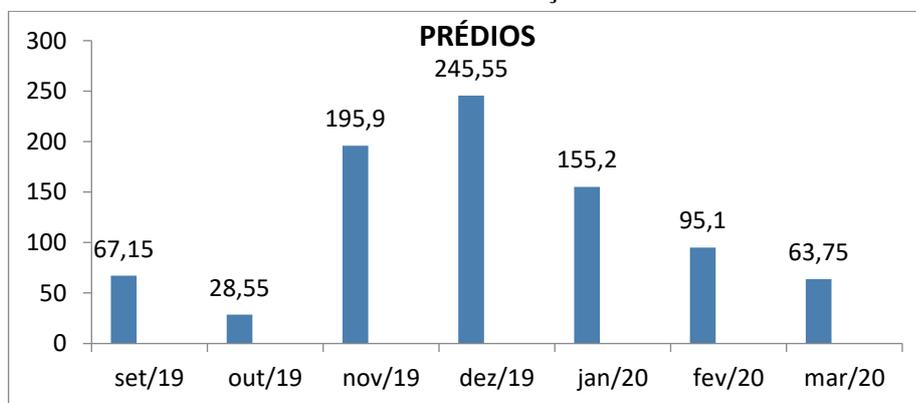
O resíduo foi pesado (kg) separadamente para a impressão do comprovante contendo registro dos dados quantitativos de resíduos gerados para posteriormente serem tabulados em uma planilha de Excel®. Vale ressaltar que o Ecoponto é gerenciado pela Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL). Com essa ação, além da destinação adequada, realiza-se a responsabilidade social, pois todo material doado à COOPRESL auxilia na renda de quatorze famílias de catadores.

As coletas foram realizadas quinzenalmente nas terças-feiras a partir das 14h00 iniciadas após a vigência das bolsas no período de setembro de 2019 a março de 2020, não sendo possível a realização das coletas até setembro de 2020 por conta da suspensão das aulas e das atividades administrativas, devido a pandemia do COVID-19.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período de setembro de 2019 a março de 2020 foram destinados 851,2 kg de papel dos prédios do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e anexo da pós-graduação, Letras, Coordenadoria de Bens e Suprimentos (CBS) e Matemática/Física da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Paulo VI ao Ecoponto. Em outubro foi o mês que houve o menor descarte de resíduos (28,55 kg) e em dezembro houve o maior descarte (245,55 kg) como pode ser observado no gráfico a seguir (Figura 1).

Figura 1. Quantidade de resíduos (kg) coletados nos prédios acompanhados durante o período de setembro de 2019 a março de 2020.



Fonte: Souza, 2020.

Com a sensibilização por meio da ação da adesivagem e conversas informais referente a utilização dos bens e recursos naturais “Água e energia” identificou-se que houve nos prédios o uso mais consciente dos bens e recursos públicos como forma de contribuir com o projeto e, acima de tudo com a sustentabilidade ambiental.

Paralelo a essas atividades, houve entrega de caixas personalizadas da AGA nos setores administrativos ainda não contemplados e a substituição das caixas antigas por novas, conforme diagnosticado pelos bolsistas responsáveis pelos prédios para posterior liberação pela Assessoria de Gestão Ambiental (AGA).

Referente ao Projeto Adote uma Caneca, a utilização de copos descartáveis diminuiu consideravelmente e atualmente observa-se que tantos servidores, funcionários, como discentes adotaram suas canecas. Nos bebedouros copos descartáveis não são mais vistos, tendo resistência apenas

das lanchonetes presentes nos prédios. Dessa forma ocorre a redução do resíduo gerado e a diminuição da exploração de matérias-primas.

Quanto aos impactos relatados pelos participantes da pesquisa, foram identificados, principalmente, o desperdício de água por meio das torneiras com defeitos tanto dos bebedouros quando dos banheiros; desperdício de energia elétrica por meio de aparelhos de ar condicionado e interruptores de luzes ligados, mesmo após o término das aulas; desrespeito pelos usuários do prédio quanto ao descarte correto do resíduo, lançando-os em locais inadequados; falta de manutenção nos bebedouros, fazendo com que ocorra o desperdício constante do recurso hídrico; falta de lixeiras para o descarte do resíduo; falta de arborização adequada.

Tendo em vista os problemas acima relatados, foram indicados para soluções dos problemas encontrados: políticas mais assíduas de conscientização e reparos constantes por meio de manutenções hidráulicas, principalmente em relação as torneiras e bebedouros dos prédios, recorrendo a gestão da Universidade; identificação das lixeiras para o descarte seletivo do resíduo; inserção de disciplinas acadêmicas envolvendo sustentabilidade; ao sair desligar luzes, ar condicionado e equipamentos que estiverem conectados a tomada; divulgação das práticas sustentáveis por meio de campanhas educativas de conscientização e educação amplas e diversificadas.

Quanto as práticas sustentáveis realizadas no prédio, as respostas mais frequentes dos entrevistados foram: redução do uso de copos descartáveis com a disseminação da ideia “adote uma caneca”; doação de livros; campanhas educativas e adesivagens contendo informações para conscientização de práticas sustentáveis e uso racional dos recursos naturais e bens públicos; coleta de papéis no prédio, bem como a redução da utilização dos mesmos; arborização; lixeiras de coleta seletiva.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a percepção do indivíduo do meio ambiente, bem como problemáticas identificadas e as atividades já realizadas com o intuito de modificar atitudes, comportamentos, adquirindo assim uma visão ampla do significado de sustentabilidade.

Durante os meses de junho a setembro de 2020, apesar da suspensão das aulas devido a pandemia do novo coronavírus, houve o planejamento e realização das atividades de sensibilização por meio das redes sociais e encontros virtuais com os membros da AGA para definição de tarefas.

Utilizou-se as mídias sociais, mais precisamente o instagram da AGA para postagens de materiais educativos de sensibilização referente a sustentabilidade e boas práticas de consumo sustentável confeccionados pelos bolsistas e voluntários. Houve também a participação na mesa redonda sobre sustentabilidade e Covid, publicação de resumo expandido no Boletim Informativo da AGA referente a participação no evento SEMEIA 2020, reuniões e treinamentos por meio da utilização de ferramentas digitais, conforme Portaria Normativa nº 44-2020-GR-UEMA – Retorno das atividades de extensão.

Desse modo, aprende-se a se reinventar e passa-se a entender que as práticas de sensibilização são possíveis e devem ser mantidas, independentes das circunstâncias, e afinal, todo ser humano pode contribuir para gerar menos impactos negativos no meio ambiente.

Notou-se, portanto, a importância da implantação da Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino no período de distanciamento social. Logo, sensibilizar de forma remota pode influenciar positivamente na adoção de práticas sustentáveis por meio de ações e campanhas sobre a temática em questão.

4 CONCLUSÕES

- A implementação da A3P do MMA e a adoção de práticas de consumo sustentável na UEMA contribuiu para o uso de um ambiente mais ecológico por meio da utilização consciente dos recursos naturais, bens públicos, mudança de hábitos e estabelecimento de padrões ambientais.
- Foca-se no ganho da qualidade de vida, com a adoção de atitudes e procedimentos ambientalmente corretos, promovendo o desenvolvimento da educação ambiental de forma

gradativa e contínua, cumprindo assim a responsabilidade com a sociedade e o meio ambiente e reduzindo os impactos ambientais.

- A sensibilização da comunidade acadêmica sobre as problemáticas geradas pelo acúmulo de resíduos sólidos e desperdício de materiais de expediente e recursos naturais é a melhor forma de levar conforto ambiental às áreas internas dos prédios, bem como conscientizar sobre a prática do descarte correto dos resíduos.
- A mudança de hábitos e atitudes depende da reflexão sobre os aspectos ambientais e sociais e do envolvimento de todos os componentes do corpo técnico a ser trabalhado.

REFERÊNCIAS

DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

HAYASHI C.; SILVA L. H. A. A GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL. XI Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 11, n. 7, 2015, pp. 37-51.

KRAEMER, M. E. Gestão ambiental: Um enfoque no desenvolvimento sustentável. 2012.

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Curso de Capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública. Brasília: MMA, 2013.

OLIVEIRA, I.; GADELHA, F. E. A. A gestão ambiental e a análise do uso racional e ecologicamente correto dos recursos naturais e seus processos no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 18, n. 1, p. 43-56, 2014.

SANTOS, E. C. G.; MOURA, J. M.; FERNANDES, A. T. Estudo de caso para aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P no IFMT – Campus Cuiabá Bela Vista. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental - Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. Goiânia, 19 a 22 de novembro, 2012.

ORGANIZAÇÕES PERENES: Uma questão de Gestão Profissional Sustentável - GPS e Tecnologias

Lyandra Luiza Conceição Gomes¹; Francinaldo Pinheiro Silva²; Jayne Ribeiro Nogueira³; Iimar Polary Pereira⁴

¹ Graduando no Curso de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: lyandragomes28@gmail.com; ² Graduando no Curso de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: naldoadmp17@gmail.com; ³ Graduando no Curso de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: jaynenogueira31@gmail.com; ⁴ Orientador Prof. Dr. em Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA; e-mail: i.polary@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O projeto investigou o problema, “como a gestão profissional e as tecnologias impactam na perenidade das organizações? Nesse contexto, o quão importante é para o empreendedor compreender as fases de criação, manutenção, manutenção perene, crescimento, e suas implicações na perenidade das organizações. Dentre as tecnologias, há a Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI, fundamentada na teoria do Empreendedorismo, que favorece a gestão, o sucesso e a perenidade das organizações (POLARY, 2012, 2019).

As Micro e Pequenas Empresas - MPEs são importantes para os países, pois por meio da sua ação produtiva e mão de obra contribuem para a economia nacional. Nessa perspectiva, o uso de Tecnologias e de uma Gestão Profissional Sustentável-GPS se torna um suporte para fazer com que as MPEs possam continuar no mercado. As MPEs se mostram como coletoras de frutos tecnológicos existentes fora de suas fronteiras porque há escassez de investimento em tecnologias (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

As inovações quando existentes em uma MPEs, além de aprimorar os seus arranjos e produção, as auxiliam para ingressar e permanecer no mundo contemporâneo marcado pela globalização e mudanças constantes que abrange a tecnologia. Incentiva também a competição que gera a busca por um produto de qualidade, a satisfação do cliente e a sobrevivência no mercado (KRUGLIANSKAS, 1996; LYNN, 1999).

O projeto teve como objetivo geral: Analisar através da literatura e trabalho de campo, a Gestão Profissional Sustentável - GPS e as Tecnologias como fatores determinantes de perenidade das organizações para aplicação nas micro e pequenas empresas industriais e de prestação de serviços.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A área de execução deste projeto de extensão foi em São Luís e mais treze municípios do Estado do Maranhão.

Procedimentos metodológicos: a metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica, (livros, artigos, teses e dissertações), e análise de dados de pesquisas de campo realizadas em micro e pequenas empresas - MPEs industriais em 14 municípios do Maranhão (Polary, 2012), e nas MPEs de prestação e serviços em São Luis Polary et al. (2016), demonstrado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. População para estratificação, segundo municípios por porte das indústrias

Nº	Municípios	MICRO	PEQUENA	TOTAL
		Quantidade	Quantidade	
01	Alcântara	01	-	01

02	Bacabal	36	09	45
03	Balsas	59	21	80
04	Caxias	17	20	37
05	Cajapió	04	-	04
06	Imperatriz	192	97	289
07	Lago da Pedra	16	03	19
08	Paço do Lumiar	04	01	05
09	Raposa	02	-	02
10	Rosário	08	08	16
11	São João dos Patos	11	-	11
12	São José de Ribamar	21	09	30
13	São Luís	739	380	1119
14	Timon	32	10	42
	Total	1142	558	1700

Fonte: FIEMA (2006).

Tabela 2. População das MIs e EPPs ativas para estratificação em São Luís-MA por porte

Nº	Município	Porte das Empresas		TOTAL
		Microempresa-MI	Empresa de Pequeno Porte-EPP	
		Quantidade	Quantidade	
01	São Luís	14.183	929	15.112

Fonte: JUCEMA (2016).

Desse universo, foram extraídas amostras do tipo aleatória estratificada proporcional em 2012 (93 micro empresas - MIS e 41 pequenas pequenas empresas), total 134 MPEs, e por acessibilidade em 2016, (22 MIs e 16 empresas de pequeno porte – EPPs), total 38 MPEs.

Limitação do método: pouca literatura específica e trabalho empírico sobre essa temática no Brasil e no Maranhão. Consciente das limitações, consideramos que o método foi adequado e aceitável para sustentar o estudo. A continuidade da pesquisa de campo nas MPEs em São Luís em 2020, foi inviabilizada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), limitando algumas atividades do cronograma inicial, porém sem inviabilizar o projeto.

3 RESULTADOS

Os resultados alcançados no projeto, conforme cronograma 2019/2020, convergem com a temática e seus objetivos. O Sebrae (2017) descreve a participação dos pequenos negócios na economia brasileira como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1. Participação dos pequenos negócios na economia brasileira

PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGOCIOS NO(A):	ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
PIB brasileiro	2011	27,0
Número total de empresas exportadoras	2016	38
Valor total das exportações	2016	0,54

Massa de salários das empresas	2015	44,1
Total de empregos com carteira assinada	2015	54
Total de empresas privadas	2015	98,5

Fonte: Sebrae (2017)

Uma outra pesquisa realizada pelo Sebrae (2016), identificou que a sobrevivência (ou mortalidade) do negócio resulta da combinação de um conjunto de fatores, como: 1) Situação antes da abertura – tipo de ocupação do empresário; experiência no ramo; motivação para abrir o negócio; 2) Planejamento do negócio; 3) Gestão do Negócio; 4) Capacitação dos donos em gestão empresarial.

Pela análise dos dados, foi constatado na pesquisa das MPEs (Polary, 2012), que as dimensões Administrativo Tecnológico, Econômico Social e Político Institucional foram as que apresentaram maiores médias respectivamente (8,8; 8,0; e 6,8) seguido dos componentes de gestão (8,8) e tecnologia (8,7); indicadores econômicos e sociais (8,0); e políticas e estratégias (6,5), e suas respectivas variáveis. Na análise dos resultados apresentados na amostra das organizações industriais da pesquisa de campo em 2012, duas conclusões relevantes:

A Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI, enquanto Gestão profissional favorece a perenidade das micro e pequenas empresas; e a perenidade das micro e pequenas empresas, favorece o desenvolvimento industrial do Maranhão.

Em outra pesquisa sobre as Tecnologias da Administração Contemporânea, dentre elas, a GSI, Polary et al. (2016), em Microempresas - MIs e Empresas de Pequeno Porte - EPPs nos setores industrial e de prestação de serviços em São Luís do Maranhão, foi constatado: quanto à relevância das variáveis do modelo GSI, a de maior média nas MIs foi Preservação do meio ambiente (8,18); e nas EPPs foi Localização do negócio (8,68).

Quanto às variáveis de tecnologias do modelo GSI presentes nas MIs e EPPs que mais contribuem para a perenidade, predominou “Produtos e serviços”, com médias de 8,75 e 8,36 respectivamente, conforme tabelas 3 e 4 a seguir:

Tabela 3. Tecnologias presentes nas microempresas que mais contribuem para a perenidade

Tecnologias	Média
O sistema físico, base de dados, <i>software</i> , máquinas e equipamentos	7,5
Mente dos indivíduos; conhecimento e qualificação; experiência e talento acumulado.....	8,25
Produtos e serviços	8,75
Sistema organizacional e estratégias gerenciais; procedimentos e rotinas organizacionais.....	8,12
A Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI como uma das tecnologias de Gestão, fundamentada no empreendedorismo	7,5

Fonte: Polary et al. (2016).

Tabela 4. Tecnologias presentes nas pequenas empresas que mais contribuem para a perenidade

Tecnologias	Média
O sistema físico, base de dados, <i>software</i> , máquinas e equipamentos	7,77
Mente dos indivíduos; conhecimento e qualificação; experiência e talento acumulado.....	7,18
Produtos e serviços	8,36
Sistema organizacional e estratégias gerenciais; procedimentos e rotinas organizacionais.....	7,31
A Gestão por Sustentabilidade Integrada – GSI como uma das tecnologias de Gestão, fundamentada no empreendedorismo	7,4

Fonte: Polary et al. (2016)

E quanto ao tempo de existência no mercado, 64% das MIs estão no intervalo de 1 a 4 anos; 9% entre 5 a 8 anos; 18% entre 9 a 12; e 9% acima de 12 anos; nas EPPs, 25% até 4 anos; 19% entre 5 e 8 anos; 6% entre 9 a 12 anos; e 50% tem mais de 12 anos. Constata-se que nas MIs, apenas 9% estão

acima de 12 anos, ou seja, com maior taxa de perenidade. Já as EPPs apresentam maior taxa de perenidade com 50% com mais de 12 anos.

Durante as atividades realizadas teve também a produção de um infográfico relacionado ao tema. (Link de acesso: <https://canva.me/wMGhzAXviab>).

4 CONCLUSÕES

- Com as análises na literatura e dos dados das pesquisas e campo, constatou-se a importância das Micro e Pequenas Empresas – MPEs para a economia e geração de emprego.
- O uso de tecnologias, dentre elas, a Gestão por Sustentabilidade Integrada-GSI, como uma tecnologia de gestão profissional, mostra-se viável para continuar sendo aplicada nas MPEs, posto que, é aplicado adequadamente em suas dimensões, componentes e variáveis, estimulam o empreendedorismo, a competitividade e a busca por uma qualidade satisfatória de suas atividades e do que é oferecido ao consumidor.
- Esses resultados convergem com os objetivos do projeto e dão resposta ao problema, logo sugere serem divulgados nas MPEs industriais e de prestação de serviços de São Luís, conforme universo e amostra definidos na metodologia do projeto.
- Faz-se necessário ampliar os mecanismos e políticas de incentivo dos Governos Federal, Estadual e Municipal que favoreçam as MPES na aquisição de tecnologias inovadoras, para que possam ofertar seus produtos e serviços com qualidade no mercado.
- Registra-se a expectativa de outras pesquisas na temática das organizações perenes e das tecnologias, dentre elas, as de Gestão Profissional Sustentável – GPS para as MPEs, segmento relevante para a economia do Maranhão, do Brasil e dos outros países.

REFERÊNCIAS

CASSIOLATO, J. E., & SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

KRUGLIANSKAS, Isak. **Como inovar e sobreviver em mercados globalizados**. São Paulo: Instituto de Estudos Gerenciais e Editora, 1996.

POLARY, Ilmar. **Gestão por Sustentabilidade Integrada - GSI: uma alternativa de Gestão Profissional para as organizações**: 1. ed. Curitiba, Ed. Appris, 2019.

POLARY, Ilmar, RAMOS, Allyson, SILVA, Yasmin, SILVA, Abigail. As contribuições das tecnologias da Administração e perenidade das Micro e Pequenas Empresas-MPEs. **Relatório Final**. 2016. Projeto de Extensão selecionado PIBEX, Ed. Nº 06/2015-PROEXAE/UEMA.

POLARY, Ilmar. **Gestão por Sustentabilidade Integrada (GSI): uma análise nas Micro, Pequenas, Médias e Grandes Empresas (MPMGs)**, a partir da Literatura e da Visão dos Gestores Industriais do Estado do Maranhão. Tese de Doutorado em Administração FGV/EBAPE-RJ, 2012.

SEBRAE. **Boletim Estudo e Pesquisas**. 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/7836.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2020.

COMPRANDO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Antônia Vívian Karolyne Nogueira de Oliveira¹; Romel Pinheiro²

1 Graduanda no Curso de Administração, Centro Timon, UEMA, e-mail: vivian_2010@live.com.pt; 2 Mestre em Desenvolvimento Rural, Centro Timon, UEMA

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem se tornado um importante mecanismo de acesso a mercado para os agricultores familiares. Através do PNAE, os agricultores familiares encontram condições favoráveis para oferecer seus produtos para a alimentação escolar das escolas municipais, estaduais e institutos federais de educação. Nos municípios de baixo dinamismo econômico, como são a maioria dos municípios do Maranhão, o PNAE pode integrar a estratégia de desenvolvimento municipal, na medida em que existe um entendimento de que quando o agricultor familiar recebe o recurso da alimentação escolar, geralmente gasta no comércio local, fazendo com que o montante circule no próprio município. No entanto, a grande maioria dos municípios do Maranhão não tem conseguido explorar adequadamente as potencialidades que esse programa pode proporcionar para o desenvolvimento dos mesmos.

A cidade de São João Sóter - MA é um bom exemplo disto, pois tem executado o PNAE muito abaixo das potencialidades que o programa proporciona. No início do ano passado, a grande maioria dos recursos utilizados na aquisição de produtos para a alimentação escolar não foram oriundos da agricultura familiar, e a totalidade desses recursos não foram adquiridos por produtores rurais do próprio município. Neste caso, a execução do PNAE não proporcionou um dos resultados esperados por este programa: que é fazer com que o dinheiro circule no município e potencialize a economia local.

Na primeira reunião com os gestores do município, ainda no ano de 2019, a equipe conseguiu identificar alguns problemas que podem explicar esse resultado: a) desconhecimento, inclusive entre os gestores, de como tem sido executado o programa; b) acanhada divulgação da chamada pública; c) a chamada pública não contemplava os agricultores familiares individuais, somente os organizados em grupos formais e informais; e d) falta de articulação entre os setores da prefeitura envolvidos no programa, como a Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

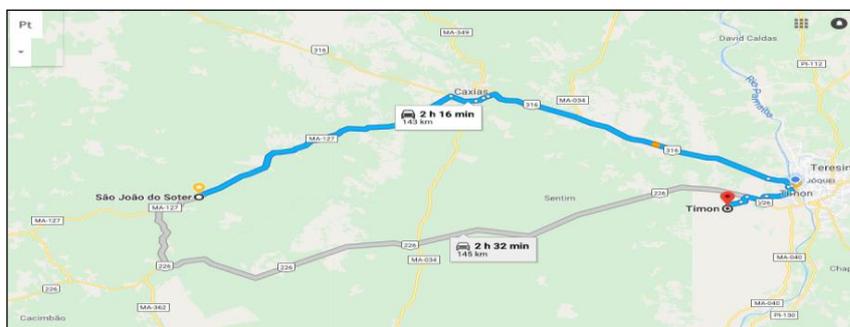
Para alcançar os potenciais objetivos de desenvolvimento do PNAE, a execução do programa requer uma ação articulada entre os gestores da prefeitura e outros órgãos de governo, como a AGERP, e as organizações dos agricultores familiares. O projeto já conseguiu a anuência da prefeitura e começamos propondo a criação do Comitê PNAE – Desenvolvimento, que hoje é uma peça de suma importância para o andamento do processo. Este projeto de extensão universitária visa melhorar os indicadores de resultado do PNAE, aumentando significativamente a participação dos agricultores familiares do município no programa.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi realizado no município de São João do Sóter, que integra o Programa Mais IDH do Governo do Estado do Maranhão. O município de São João do Sóter, localizado a 415 km de São Luís, e em relação a Timon 150 km (Figura 01), possui uma população de 18.543 habitantes (número estimado pelo IBGE, no ano de 2019), sendo que mais da metade dessa população reside nas zonas rurais do município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município era de 0,517, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,711, seguida de Renda, com índice de 0,486, e de Educação, com índice de 0,401. A componente renda no

município de São João do Sóter tem melhorado bastante nas últimas duas décadas, embora grande parte da população ainda viva na condição de pobreza e na extrema pobreza (Tabela 01).

Figura 01: Localização do município de São João do Sóter-MA



Fonte: Google Maps.

Tabela 01: Renda, Pobreza e Desigualdade - Município de São João do Sóter – MA

Indicador	1991	2000	2010
Renda per capita	75,64	99,24	165,10
% de extremamente pobres	61,86	56,63	37,00
% de pobres	89,73	80,23	59,16
Índice de Gini	0,42	0,52	0,52

Fonte: PNUD, 2018.

A execução do PNAE no município de São João do Sóter não tem alcançado as potencialidades que o programa proporciona para o desenvolvimento. Sendo realizado de forma desarticulada, o programa tem beneficiado muito pouco os agricultores familiares do município. O nosso entendimento é que, com vontade política, ações articuladas e planejamento os resultados podem ser bem melhores.

A metodologia de trabalho consiste nos seguintes componentes: a) articulação com os atores sociais, b) mapeamento da produção local, c) elaboração do cardápio, d) chamada pública, e) comunicação (Ilustração 02).

a) Articulação dos atores sociais: a execução do PNAE requer que múltiplos atores participem desse processo. Para isso foi criado um Comitê PNAE – Desenvolvimento. Esse comitê foi formado por quatro atores:

- Secretaria de Agricultura: responsável por realizar o mapeamento da produção agropecuária, orientação técnica aos produtores rurais quanto às necessidades das compras municipais e participação das Chamadas Públicas do PNAE.

- Secretaria de Educação: responsável pela elaboração do cardápio das escolas, levando em conta as particularidades da produção agropecuária municipal.

- Comissão Permanente de Licitação – CPL: responsável pela elaboração e divulgação das Chamadas Públicas, levando em conta o alcance do maior número de produtores rurais do município.

- Representantes dos agricultores familiares: responsável pela divulgação do programa e informar ao comitê sobre as particularidades da participação dos agricultores familiares na Chamadas Públicas do PNAE.

A UEMA não é membro do comitê, mas participa das reuniões exercendo o papel de mediação e orientação no planejamento das atividades.

b) Mapeamento da produção local: para identificar a diversidade e a quantidade dos gêneros alimentícios ofertados pela agricultura familiar que poderão ser utilizados no cardápio da alimentação escolar, é de grande importância que haja um diálogo e um trabalho conjunto entre as Secretarias de

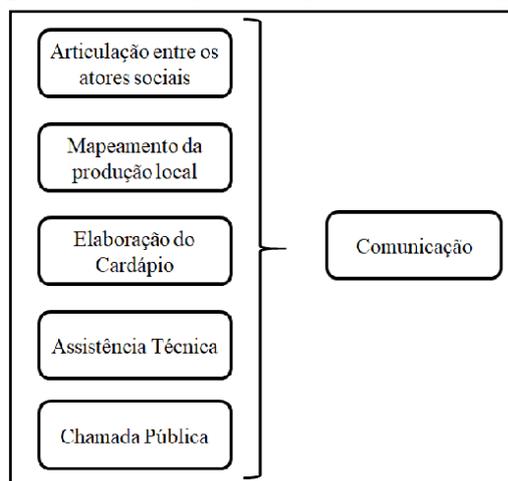
Educação e de Agricultura da entidade executora, e destas com as representações da agricultura familiar e de segmentos que possam trabalhar com a interlocução entre ambas, como as entidades locais de assistência técnica e extensão rural (ATER). A partir dessa articulação, foi possível realizar o mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, que conteve a discriminação dos produtos locais, quantidade de produção e época de colheita (calendário agrícola).

c) Elaboração do cardápio: de posse do mapeamento dos produtos da agricultura familiar do município, a nutricionista responsável elaborou os cardápios da alimentação escolar, incluindo alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e aos hábitos alimentares locais, e conforme a safra. A nutricionista teve um papel fundamental no planejamento de um cardápio nutritivo e com produtos de qualidade para a alimentação escolar.

d) Chamada Pública: a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar pode ser realizada dispensando-se o processo licitatório, desde que: a) os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local (conforme a pesquisa de preços realizada); b) sejam observados os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; e c) os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

e) Comunicação: para a grande maioria dos agricultores familiares de municípios de baixo dinamismo econômico, vender para a prefeitura é uma grande novidade. Para que isso ocorresse, foi necessário um estreitamento das relações comerciais entre os órgãos da prefeitura e os agricultores familiares. A primeira atividade realizada foi a de explicar para os agricultores familiares que vender para a prefeitura pode ser um bom negócio para ambos os lados. Explicar aos gestores da prefeitura que comprar dos agricultores familiares requer mudanças nas suas práticas, e que se trata de um processo de aprendizagem para ambos os lados. Explicar para os agricultores familiares como se preparar para vender para a prefeitura. As chamadas públicas foram divulgadas de forma que os agricultores familiares tomassem conhecimento e conseguissem interpretar as informações na chamada. Assim, configurou-se como um importante processo de comunicação e foi uma das atividades mais importantes desse processo.

Figura 02. Ilustração do esquema metodológico



Fonte: Nogueira, 2019.

3 RESULTADOS

O Projeto Comprando da Agricultura Familiar é primordial para a concretização do PNAE no município de São João do Sóter, pois com a sua intervenção é possível dinamizar e fomentar a economia local. As atividades realizadas pelo projeto obtiveram aceitação dos gestores do município, sendo de suma importância para o desenvolvimento das ações, principalmente para população, que está sendo

beneficiada, adquirido autonomia. Dos 30% do mínimo exigido pelo PNAE, a equipe conseguiu 12,8% da participação dos agricultores familiares do município, no ano de 2019. Contudo, com o estouro da pandemia (disseminação da Covid-19) no ano de 2020, a chamada pública seguinte, mesmo que divulgada, não pôde ter continuidade, já que as escolas precisaram ser fechadas por tempo indeterminado e isso acabou fazendo com que a distribuição dos alimentos para as mesmas fosse cancelado, devido o alto risco de contágio. Logo, o número de contemplados no ano vigente não pôde ser mensurado. Ainda assim, a equipe segue esperançosa com os frutos do trabalho, e torce para que este indicador possa crescer cada vez mais. Para os integrantes, fazer parte de uma ação como esta foi essencial para a formação acadêmica, principalmente para o seu desenvolvimento pessoal, pois o acadêmico teve acesso a conhecimento, além de aumentar o seu networking.

4 CONCLUSÕES

- Este projeto buscou encontrar as principais dificuldades na operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE em São João do Sóter - MA, sendo observado que as entidades executoras têm realizado o programa muito abaixo das suas potencialidades;
- Do ano de 2018 até o momento presente, foi identificada uma significativa melhoria, não só no que diz respeito a um maior engajamento dos gestores do município no programa, mas também observou-se que os agricultores familiares do município passaram a se envolver mais, demonstrando um maior interesse em participar. Frente a união desses dois fatores, o ano de 2019 foi encerrado de forma promissora, contemplando três grupos informais de agricultores familiares do município na chamada pública do PNAE, que diz respeito a 12,8% do orçamento da mesma;
- Pode-se concluir que as ações de comunicação realizadas no município foram de suma importância para que tal valor pudesse ser alcançado na chamada pública do PNAE, no ano de 2019, pois assim o público-alvo, que são os agricultores familiares da região, puderam ser informados sobre a oportunidade de mercado;
- Apesar da conquista, o programa só conseguirá obter sucesso no município, a partir do instante que os atores sociais envolvidos no processo de compra e venda se mobilizarem e articularem de acordo com o que está previsto na Cartilha do PNAE, disponibilizada pelo FNDE para a sua execução, pois embora alguns setores façam a sua parte, se algum ator deixe de fazer, atrapalhará totalmente o resultado do processo. A partir do momento que as partes trabalharem em conjunto, esse percentual aumentará cada vez mais e os recursos ficarão no município e irão gerar crescimento econômico; e
- Por fim, reafirma-se a importância do papel dos atores sociais, pois é através deles que é possível tomar decisões e criar soluções inovadoras para os problemas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<http://www.emater.al.gov.br/agricultura-familiar/Censo%20da%20Agricultura%20familiar.pdf/view>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CHAVES, L. G. et al. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. Rev. Nutr., Campinas, nov./dez., 2009, p.859. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732009000600007&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 out. 2017.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. Apresentação. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

GREGOLI, Marcos Roberto P., SANTOS, Cristina S., FELIPPINI, Marcia L., MATEUS, Milena A. F. e CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Potencialidades e fragilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Território Cantuquiriguaçu (PR). Ponta Grossa: Revista Conexão, v. 13 n.3, p. 548-567, 2017.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2018.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA NAS ESCOLAS: Um caminho para a conscientização cidadã no município de Bacabal/MA

Ben Elohin Correa da Silva Oliveira ¹; Isabela Cristine de Oliveira Sousa ²; Jeyson André de Lima Cruz ³; Letícia Gonçalves de Sousa⁴; Renato Oliveira da Silva⁵; Danielle Christine Barros Nogueira⁶; Thanderson Pereira de Sousa⁷; Maria do Socorro Pereira de Alves Araújo⁸

1 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA, e-mail: benelohimsinai@gmail.com; 2 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 3 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 4 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 5 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 6 Mestre em Políticas Públicas, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 7 Mestre em Ordem Jurídica Constitucional, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 8 Especialista em Direito Público, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA .

1 INTRODUÇÃO

Diante a realidade social, observa-se que o desconhecimento e falta de informações acerca de temáticas, como o sistema político brasileiro e seu funcionamento, geram certa deficiência na formação dos jovens cidadãos. Afinal, é indispensável, para a efetivação da cidadania, que os jovens tenham conhecimento dos seus deveres e direitos, bem como dos mecanismos para protegê-los.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a maioria dos jovens entre 18 e 20 anos de idade – 59,6% – possui título de eleitor e comparecem às eleições. No entanto, não possuem participação ativa no debate político. Nesse diapasão encontra-se a importância da educação na formação de indivíduos capacitados para o sufrágio.

A cidadania é trazida no artigo 1º, inciso II, da nossa Carta Magna como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Assevera, Silva (2004, p. 344-345), que a cidadania qualifica os participantes da vida do Estado, é atributo das pessoas integradas na sociedade estatal, atributo político decorrente do direito de participar no governo e direito de ser ouvido pela representação política.

Segundo Bonavides (2000, p. 93) “o status civitatis ou estado de cidadania define basicamente a capacidade pública do indivíduo, a soma dos direitos políticos e deveres que ele tem perante o Estado”. Bonavides (2000) alerta ser importante instigar a participação política, onde tal anseio tem o intuito de fortalecimento da sociedade, através da educação e construção da cidadania.

Conforme Tavares (2012, p.1051) o controle do exercício do poder político deve ser efetivado pelo povo, pois dessa forma será atendido o princípio da dignidade da pessoa humana, e conseqüentemente será concretizada a cidadania. Nesse viés, Tavares (2012, p.1052) argumenta, ainda, que a dignidade impõe a capacidade de o indivíduo autodeterminar-se, ter consciência dos seus próprios rumos, influenciar nas tomadas de decisão da gestão pública e adotar ações que modificarão diretamente o seu desenvolvimento pessoal.

Um dos fatores que pode explicar o desinteresse dos jovens com a vida cidadã é a carência de informações acerca da gestão pública e do funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, em especial o sistema municipal, como, por exemplo, o papel do Poder Legislativo local.

De fato, é inconcebível pensar em uma participação social ativa, sobretudo em municípios, sem o devido conhecimento da organização da administração pública municipal.

Devido a essa realidade, faz-se necessário que sejam realizadas práticas extensionistas com o condão de informar, levar conhecimento e conscientização, pautadas nos paradigmas constitucionais voltados à defesa dos interesses individuais e coletivos e da concretização da cidadania.

Deste modo, objetiva-se contribuir com o processo de formação para o exercício da cidadania de jovens, de escola de ensino médio do Município de Bacabal, por meio da conscientização de direitos constitucionais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da área de atuação

O Município de Bacabal – MA localiza-se no interior do Estado do Maranhão, na mesorregião centro maranhense e na microrregião do médio Mearim, distando-se, aproximadamente, 195,64 km da capital São Luís.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o Município de Bacabal apresenta-se como o nono município mais populoso do Estado do Maranhão, com uma população de 100.014 pessoas, uma densidade demográfica de 59,43 hab/km², conforme dados do último censo, e uma população estimada de 104.949 pessoas para o ano de 2019.

Ainda conforme o IBGE o Município de Bacabal possui salário médio mensal dos trabalhadores formais de 1,8 salários mínimos, um percentual 9,2% de população ocupada e um percentual de 45,3 % da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, o que o coloca na 203ª posição no Estado.

No quesito Educação o Município de Bacabal possui uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 97,2% e, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, é de 56,09% a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e de 35,13% a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

No que tange aos procedimentos metodológicos empregados, foram utilizados os materiais resultantes de pesquisas bibliográficas para discussão teórica das temáticas e posterior elaboração de cartilha digital destinada à população trazendo esclarecimentos sobre os temas inerentes aos direitos políticos e eleições municipais de 2020. Restou suprimida a participação presencial no ambiente escolar em razão da pandemia de COVID-19, que inclusive implicou na suspensão das aulas.

Assim, a metodologia de trabalho do presente grupo de extensão se constituiu, primeiramente, com a seleção e discussão de textos acerca da temática Constituição e Direitos Políticos, objetivando ampliar os conhecimentos teóricos dos integrantes do grupo de extensão, de modo a respaldar uma atuação mais assertiva nas fases seguintes desenvolvidas no projeto.

Considerando à excepcionalidade do período de pandemia da COVID-19 necessitou-se rearranjar as metodologias inicialmente traçadas no relatório parcial, quais sejam: a) formatação e elaboração da palestra, roda de conversa e materiais a serem utilizados nas atividades programadas; b) definição da escola a ser contemplada; e c) apresentação de palestras e realização de rodas de conversa a serem desenvolvidas em escola pública de Ensino Médio do município de Bacabal/MA, voltadas para jovens compreendidos na faixa etária de 16 anos a 18 anos.

Desta feita, as atividades que necessitavam de contato presencial foram revistas, bem como necessitou-se adaptar o alcance do público-alvo inicial, já que as escolas públicas de ensino médio de Bacabal restavam sem atividades. Desta feita, utilizou-se da rede social para a divulgação do resultado final do projeto, o que acarretou em um maior alcance e um público-alvo q abrange a população em geral.

Assim, criou-se perfil na rede social Instagram (@peconstituicaoecidadania) para a divulgação de informações acerca das temáticas objeto do presente grupo de extensão, como cidadania, democracia, federalismo, organização do Estado brasileiro, direitos políticos, entre outros.

Da mesma forma necessitou-se substituir as rodas de conversas anteriormente planejadas pela produção de uma cartilha digital realizada pelos alunos extensionistas sobre as temáticas mencionadas, acrescentando-se um tópico especial referente às eleições municipais de 2020 e toda a alteração legislativa e protocolos de votação decorrentes da pandemia de COVID-19 por qual passa o país e o mundo.

3 RESULTADOS

No período compreendido entre setembro de 2019 a setembro de 2020, as atividades realizadas e resultados alcançados foram os seguintes:

- Reuniões administrativas para planejamento de atividades, seleção de material e referencial teórico para o desenvolvimento do projeto, bem como dos meios de execução das tarefas;
 - Reuniões e discussões teóricas acerca das temáticas pertinentes ao grupo, sob orientação dos professores membros do projeto;
 - Criação do perfil na rede social Instagram (@peconstituicaoecidadania) para a divulgação de informações acerca das temáticas objeto do presente grupo de extensão, como cidadania, democracia, federalismo, organização do Estado brasileiro, direitos políticos, eleições 2020, entre outros;
 - Confecção de Cartilha digital acerca das temáticas abordadas, contendo, ainda, orientações acerca das eleições 2020 e agenda pública com contatos e indicações úteis ao cidadão eleitor;
- Ademais, durante todo o período os alunos extensionistas participaram de eventos científicos para seu aprimoramento acadêmico.

4 CONCLUSÕES

Dentre as principais ações do grupo de extensão pode-se extrair as seguintes conclusões:

- Reuniões administrativas e discussões teóricas acerca da temática Constituição e Cidadania, sob orientação dos professores participantes, mostrando-se esta primeira fase do projeto de extensão primordial. Em que pese tratar-se de um grupo de extensão e não de pesquisa o apreender conceitos técnicos e entendimentos doutrinários acerca da temática mostraram-se fundamentais para uma melhor compreensão dos alunos acerca da temática do projeto, ampliação dos conhecimentos jurídicos pertinentes e despertar um maior senso crítico acerca do tema. Tais questões se mostraram fundamentais para as posteriores fases do projeto, vez que os participantes passaram a ter um conhecimento mais sólido acerca dos temas enfrentados pelo grupo.
- Participação dos membros do grupo de extensão em eventos científicos, durante todo o período, onde tal resultado demonstra a relevância da participação dos alunos em atividades de extensão e pesquisa junto à Universidade, no sentido de despertar a importância do aprimoramento e atualização técnica.
- Confecção da cartilha digital informativa de forma colaborativa pelos membros do grupo de extensão, com temas selecionados e distribuídos com a participação ativa dos discentes e relacionados às temáticas abordadas na primeira fase dos trabalhos de extensão. Tal etapa se mostrou relevante, não apenas por se tratar do produto final entregue à comunidade, mas também por fomentar entre os discentes a importância da produção técnica, formas de pesquisa, planejamento, trabalho colaborativo e redação de textos. Ressalte-se que restou ainda aos discentes o papel de traduzir conhecimentos técnicos para uma linguagem acessível à população, buscando transformar os conhecimentos teóricos adquiridos em informações relevantes para o fortalecimento da cidadania.
- A confecção da cartilha pelos alunos mostrou-se uma etapa relevante, no sentido de transmitir os conhecimentos consolidados no grupo à população em geral através de um instrumento útil, prático e acessível. Em outra vertente observou-se que a realização do presente projeto ofertou um aprimoramento fundamental na formação dos estudantes que integram o presente grupo, no sentido de fornecer mecanismos para o seu aprimoramento intelectual e um contato efetivo e sensível com a realidade social que o circunda, buscando converter os saberes adquiridos na academia em propostas concretas que resultem na conscientização de direitos pela população.

- É necessário salientar o quão necessário é este trabalho, visto que está criando um vínculo entre o CESB-UEMA e a sociedade bacabalense, ressaltando-se o papel relevante da universidade perante a comunidade local. O fato do projeto passar a situar-se nas mídias sociais resultou na ampliação do seu escopo de informar acerca de direitos políticos, vez que o público-alvo inicial foi ampliado para a população em geral, não se limitando aos jovens estudantes de ensino médio de escolas pública do município de Bacabal.
- Ademais, a implementação de projeto de extensão no âmbito do campus Bacabal acabou estimulando um maior aprofundamento e valorização da cultura da pesquisa e extensão, realidades estas inerentes ao papel institucional e social que cabe às universidades, servindo de instrumento de desenvolvimento da comunidade em seu entorno.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 19 maio 2019.

DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E A GARANTIA DE SUA EFETIVIDADE

Pedro Henrique do Nascimento Miranda ¹; Filipe da Silva Coelho ²; Liliana Alves Muniz ³; Pedro Henrique Azevedo dos Santos ⁴; Socorro Évellyn de Sousa Ribeiro⁵; Danielle Christine Barros Nogueira ⁶; Thanderson Pereira de Sousa ⁷. Maria do Socorro Pereira de Alves Araújo⁸

1 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA, e-mail: pedromiranda@aluno.uema.br; 2 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 3 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal; 4 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 5 Graduando no Curso de Direito, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 6 Mestre em Políticas Públicas, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 7 Mestre em Ordem Jurídica Constitucional, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA; 8 Especialista em Direito Público, Centro de Estudos Superiores de Bacabal, UEMA .

1 INTRODUÇÃO

Em uma primeira fase do presente projeto de extensão observou-se que no que toca à realidade social o desconhecimento e falta de informações acerca das possibilidades de espaços institucionais aptos a soluções de conflitos apresenta-se como uma das causas de desigualdade no acesso à justiça.

Segundo dados do relatório “Panorama do acesso à justiça no Brasil, 2004 a 2009”, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (2011), além do conhecimento do Poder Judiciário se faz necessário um conhecimento prévio das normas jurídicas de forma que iniciativas no sentido de ampliar os conhecimentos da população sobre tais demandas são fundamentais e necessárias para o desenvolvimento de políticas que visem a ampliação do acesso à Justiça (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011).

Diante de tais constatações conclui o relatório “Panorama do acesso à justiça no Brasil, 2004 a 2009”:

Tais evidências permitem afirmar que o desconhecimento é uma barreira de acesso à justiça que assola em maior monta aqueles com menor poder econômico. Em linhas mais gerais, a cadeia causal aqui descoberta expõe que níveis básicos de conhecimento jurídico direcionados à grande massa da população deveriam estar entre as prioridades da política judiciária nacional. Isso permite ao Poder Judiciário ter em foco políticas de democratização do conhecimento sobre as leis e também sobre as instituições de defesa de direitos. É provável que tal atuação também contribua para diminuir o quantitativo de pessoas em desalento em relação ao Poder Judiciário. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011).

Ademais, resta apontar a necessidade de não só propiciar à população em vulnerabilidade socioeconômica conhecimentos acerca dos órgãos do Poder Judiciário, mas também em relação a outros espaços institucionais públicos e privados de acesso à justiça, como o Ministério Público, Defensorias Públicas, órgãos administrativos e possibilidade de solução extrajudicial dos conflitos.

Cumprе salientar que Lima (2015, p. 22) aponta com clareza que há consenso no sentido de que as dificuldades socioeconômicas constituem um dos obstáculos fundamentais a impedir um acesso amplo e igualitário à justiça.

Conforme Santos (2007, p. 23) é importante observar, ainda, que:

Há uma demanda ou procura efetiva dos tribunais, que é a que se conhece, uma demanda ou procura potencial, que é aquela que se pode conquistar pelas reformas processuais. Mas, há também uma outra área, que é a da procura suprimida. É a procura daqueles cidadãos que tem consciência dos seus direitos, mas que se sentem totalmente impotentes para os reivindicar quando são violados. Não é filantropia, nem a caridade das organizações não governamentais que procuram; apenas reivindicam os seus direitos. Ficam totalmente desalentados sempre que entram no sistema judicial, sempre que contactam com as autoridades, que os esmagam pela sua linguagem esotérica, pela sua presença arrogante, pela sua maneira cerimonial de vestir, pelos seus edifícios esmagadores, pelas suas labirínticas secretarias etc. Esses cidadãos intimidados e impotentes detentores de uma procura invisibilizada. Para reconhecer a sua presença, precisamos daquilo que noutros trabalhos tenho designado por uma sociologia das ausências.

Aliada a ideia de Boaventura de Sousa Santos (2007) de procura suprimida, inerente a uma sociologia das ausências, relevante também se mostra os conceitos trazidos por Ferraz (2010, p. 89) ao apontar a presença não só de uma litigiosidade contida, que se assemelha em alguns aspectos à procura suprimida, mas também de uma litigiosidade latente.

Tal categoria de litigiosidade apontada por Ferraz (2010) demonstra a presença de uma camada social ainda mais vulnerável, vez que sequer apresenta qualquer conhecimento de direitos, bem como não se identifica como sujeito e objeto de proteção dos mesmos. Assim, Ferraz (2010, p. 89) observa que o fenómeno da litigiosidade latente se traduz em aumento da exclusão social, cuja saída pode se dar através de elucidação de direitos à população e incremento da assistência judiciária, foco e objetivo da presente proposta de extensão a ser desenvolvida junto à população do Município de Bacabal/MA.

Somado a tal perspectiva, já apontada em uma primeira fase do presente projeto de extensão, tem-se a necessidade de reforçar o conhecimento, não apenas acerca das instituições de justiça e solução de conflitos, como também um maior esclarecimento acerca de direitos inerentes aos cidadãos. Se em um primeiro momento é necessária instrução acerca de que portas se socorrer diante de violações a direitos, em um segundo momento cumpre esclarecer à população dúvidas e questionamentos acerca da melhor forma de solucioná-los, bem como explicitar seu conteúdo.

Isto justifica-se sobremaneira no que toca à população do estado do Maranhão, em razão dos dados levantados pelo relatório “Justiça em Números 2020”, do Conselho Nacional de Justiça (2020), que aponta permanecer o estado como um dos três estados da federação que possui os maiores índices de habitantes por unidade judiciária de primeiro grau, bem como permanece com o maior índice de habitantes por unidade judiciária em relação à Justiça do Trabalho.

Diante de tais evidências observa-se que iniciativas como a do presente projeto de extensão, que objetivam esclarecer e informar a população, em especial a mais vulnerável social e economicamente, apresenta-se em consonância com às necessidades de possibilitar um acesso efetivo e democrático à justiça, estando em sintonia com a realidade e necessidades concretas desta parcela da população e caracterizando-se como instrumento transformador e fomentador de melhores condições de vida.

Desta feita, propõe-se a esclarecer a população acerca do conteúdo de direitos inerentes à sua posição cidadã no estado brasileiro, o que somado ao esclarecimento acerca das instituições garantidoras de justiça e formas de acesso propiciarão um integral e indispensável conhecimento de ferramentas necessárias para o acesso à justiça e tutela de direitos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Município de Bacabal – MA localiza-se no interior do Estado do Maranhão, na mesorregião centro maranhense e na microrregião do médio Mearim, distando-se, aproximadamente, 95,64 km da capital São Luís.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE o Município de Bacabal apresenta-se como o nono município mais populoso do Estado do Maranhão, com uma população de 100.014 pessoas, uma densidade demográfica de 59,43 hab/km², conforme dados do último censo, e uma população estimada de 104.949 pessoas para o ano de 2019.

Ainda conforme o IBGE o Município de Bacabal possui salário médio mensal dos trabalhadores formais de 1,8 salários mínimos, um percentual 9,2% de população ocupada e um percentual de 45,3 % da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, o que o coloca na 203ª posição no Estado.

No quesito Educação o Município de Bacabal possui uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 97,2% e, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, é de 56,09% a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e de 35,13% a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

De forma mais descritiva a metodologia de trabalho do presente grupo de extensão desenvolveu-se através das seguintes ações:

A) Análise dos estudos da edição anterior para determinar os temas de direito material que deveriam ser estudados e trabalhados neste ciclo de extensão;

B) Seleção e consolidação de uma bibliografia para dar apoio aos estudos teóricos da equipe;

C) Estudo e a discussão dos temas selecionados com base na bibliografia consolidada para o projeto;

D) Elaboração de cartilha informativa quanto a direitos materiais e formas de sua persecução, com a escolha dos temas (direitos à saúde, educação, do consumidor, da mulher, assistência social e formas de solução consensual de conflitos) levou em conta a constatação das necessidades da comunidade e a aptidão dos membros do grupo para tratá-los;

E) Divulgação no perfil no Instagram do grupo acerca de instituições de acesso à justiça e formas de atendimento durante o presente período de pandemia do COVID-19;

F) Distribuição e divulgação do material elaborado (cartilha digital) por meio das redes sociais (Instagram).

3 RESULTADOS

No período compreendido entre setembro de 2019 a setembro de 2020, as atividades realizadas foram as seguintes:

Reuniões de cunho administrativo, com o objetivo de estabelecer o planejamento das atividades do projeto e elaborar o cronograma para o cumprimento das mesmas, bem como para seleção de quais seriam os temas e bibliografia relevantes para o estudo teórico pelo grupo. Com o advento do estado de pandemia, declarado institucionalmente pela Portaria Normativa nº 39/2020-GR/UEMA, e suspensão das atividades de extensão, realizou-se a série de publicações intitulada: “Acesso à justiça em tempos de pandemia”, disponibilizada no perfil do Instagram @acejusbac entre os dias 18 de maio a 27 de julho. Houve também o compartilhamento de informações de interesse da comunidade acadêmica, como programas institucionais da UEMA.

Com o advento da Portaria Normativa nº 44/2020-GR/UEMA de 24 de junho de 2020 procedeu-se a adaptação das atividades previstas no plano de trabalho, deliberando-se pela divulgação e publicação da cartilha informativa digital via perfil do Instagram. Na sequência houve a elaboração da cartilha informativa que foi escrita, revisada e diagramada pelos discentes, com sua disponibilização no perfil do Instagram.

4 CONCLUSÕES

Dentre as principais ações do grupo de extensão destacam-se as seguintes conclusões:

A realização de reuniões e discussões teóricas acerca da temática acesso à justiça e temas de direito material afetos, sob orientação dos professores membros do projeto mostrou-se primordial. Em que pese tratar-se de um grupo de extensão e não de pesquisa o apreender conceitos técnicos e entendimentos doutrinários mostraram-se fundamentais para uma melhor compreensão dos alunos acerca da temática do projeto, ampliação dos conhecimentos jurídicos pertinentes e para despertar um maior senso crítico acerca do tema. Tais questões se mostraram fundamentais para as posteriores fases do projeto, vez que os participantes passaram a ter um conhecimento mais sólido.

As reuniões administrativas para os processos de decisão e planejamento de atividades do projeto se mostram importantes por fomentar nos alunos a capacidade de organizar e acompanhar o andamento de projetos em grupo e trabalho colaborativo, habilidade relevante para sua formação acadêmica integral.

A elaboração e confecção da cartilha informativa de forma colaborativa pelos membros do grupo quanto a alguns direitos materiais selecionados e suas formas de persecução, foi ocasião para os alunos praticarem o que haviam debatido e analisado nas fases anteriores e produzirem um benefício ao conhecimento de direitos e acesso à justiça para a população em geral, visto que as mídias sociais proporcionam um grande alcance das atividades desenvolvidas. Tal etapa se mostrou relevante, não apenas por se tratar do produto final entregue à comunidade, mas também por fomentar entre os discentes a importância da produção técnica, formas de pesquisa, planejamento, trabalho colaborativo e redação de textos. Ressalte-se que restou ainda aos discentes o papel de traduzir conhecimentos técnicos para uma linguagem acessível à população, buscando transformar os conhecimentos teóricos adquiridos em informações relevantes para o fortalecimento da cidadania, além de fornecer mecanismos para o seu aprimoramento intelectual e um contato efetivo e sensível com a realidade social que o circunda, buscando converter os saberes adquiridos na academia em propostas concretas que resultem na conscientização de direitos pela população.

É necessário salientar a criação de um vínculo entre o CESB-UEMA e a sociedade bacabalense, ressaltando-se o papel relevante da universidade perante a comunidade local. O fato do projeto passar a situar-se nas mídias sociais resultou na ampliação do seu escopo de informar, gerando um maior alcance e disponibilidade da informação.

Ademais, a implementação de projeto de extensão no âmbito do campus Bacabal acabou estimulando um maior aprofundamento e valorização da cultura da pesquisa e extensão, realidades estas inerentes ao papel institucional e social que cabe às universidades, servindo de instrumento de desenvolvimento da comunidade em seu entorno.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2020: ano-base 2019**. Brasília: CNJ, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama do acesso à justiça no Brasil, 2004 a 2009**. Brasília: CNJ, 2011.

FERRAZ, Leslie Shériida. **Acesso à Justiça: uma análise dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LIMA, Fernando Antonio Negreiros. **Teoria Geral do Processo Judicial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

ASSISTÊNCIA E PRÁTICA JURÍDICA: Solução de conflitos e cidadania

Bianca Ferreira Muniz¹; Jaqueline Alves da Silva Demétrio².

1 Graduando no Curso de Direito BACHarelado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: biancaferreiramuniz@gmail.com; 2 Doutora em Direito, Diretora do curso de Direito no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão visa a prestação da assistência jurídica, bem como, o esclarecimento, acolhimento, auxílio, encaminhamento psicológico e jurídico para as comunidades do entorno da área trabalhada, que possuem hipossuficiência econômica, ou seja, há a impossibilidade dessas pessoas arcarem com as despesas processuais e honorários advocatícios em uma demanda judicial pois, caso contrário, comprometeriam a renda mensal familiar. O núcleo almeja contribuir para a construção de uma cultura de protagonismo social que possa ampliar as possibilidades de efetivação do acesso à justiça, por via da educação dos direitos humanos e do uso de tecnologias da educação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

De acordo com a metodologia na sua área de atuação, o projeto foi realizado no município de São Luís do Maranhão, nas comunidades do bairro da Cidade Operária, notadamente um bairro de classe média baixa, de alta densidade populacional, um crescimento desordenado e afastamento do centro da cidade, além da hipossuficiência econômica, o que contribuem fortemente para as demandas.

De acordo com o Ministro Luiz Fux:

“O Estado, como garantidor da paz social, evocou para si a solução monopolizada dos conflitos intersubjetivos pela transgressão à ordem jurídica, limitando o poder da autotutela. Em conseqüência, dotou um de seus Poderes, o Judiciário, da atribuição de solucionar os referidos conflitos mediante a aplicação do direito subjetivo, abstratamente concebido, ao caso concreto. [...]”

3 RESULTADOS

As observações feitas do público para projeto foram cruciais para a sua realização e o direcionamento dos procedimentos metodológicos, tanto para a realização do evento que levou o Tribunal de Justiça para o bairro da Cidade Operária, saciando parte dos problemas de quem queria a resolução com os serviços oferecidos em um ambiente universitário como a Universidade Estadual do Maranhão, garantindo o acesso efetivo à justiça a partir do princípio da inafastabilidade da jurisdição, de forma gratuita. Cabendo tanto o direcionamento, como também a instrução, que tanto impacta na vida das pessoas, como também, podendo ajudar àqueles próximos que estão na mesma situação. No mesmo ambiente, foi apoiado pelo Grupo de Extensão, Assistência e Prática Jurídica, o Seminário “Não Morra, Maria da Penha”, que teve um grande impacto para a comunidade em que está se trabalhando, bem como, para os alunos da UEMA, que tiveram grande participação no evento.

Mesmo após a pandemia, conseguimos contribuir de alguma forma para com a sociedade, realizando lives, foram realizadas duas, a primeira teve como tema “Acesso a Justiça em tempos de pandemia”, ministrada pelo Dr. Alexandre Abreu, juiz e coordenador do NUPEMEC/TJMA. Logo após ela live tivemos um evento online com a professora Isabella Pearce, advogada, professora e

empreendedora e a professora Andreia, assessora de Gestão Ambiental da UEMA, em que foi discutido o tema: “O lixo nunca foi lixo: economia circular e gestão de resíduos em casos concretos, enfatizando a importância da busca pelo direito de saneamento básico nas comunidades mais esquecidas.

Figura 1. Foto do auditório no dia da Palestra do Projeto “Não Morra Maria da Penha”.



Fonte: Portal UEMA, 2020.

Figura 2. Foto dos Palestrantes “Acesso à Justiça em tempos de pandemia”.



Fonte: Bianca Muniz, 2020

4 CONCLUSÕES

- O acesso à justiça é uma preocupação de toda a sociedade moderna, é garantia constitucional, nossa estrutura jurídica não dá suporte para que toda a população que, normalmente, seria parte em uma lide, tenha acesso a tal na resolução de seus problemas, nem garante que todos os direitos expressos sejam efetivamente postos em prática de forma concreta, que ultrapasse as barreiras da mera folha de papel.

- O acesso ao judiciário se torna falho ou restrito a uma parte da população por diversos fatores de ordem econômica, social, cultural, psicológica, legal, falta de conhecimento e a lentidão da justiça.
- Esse direito não é apenas o acesso ao Poder Judiciário gratuito, mas uma garantia universal das defesas de todo e qualquer direito, independente da capacidade econômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Saraiva: São Paulo, 2014.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Sergio Fabris, 2002.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992. Tradução de: *L'età dei Diritti*.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à justiça - porta de entrada à inclusão social. Rio de Janeiro: Scielo Book, 2009.

OLIVEIRA, André Macedo. Ensino Jurídico, diálogo entre teoria e prática. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

CORREIA, Eveline de Castro. Núcleo de prática jurídica: um diálogo entre a teoria e a Prática nos cursos de direito. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=63923f49e5241343>. Acesso em 05 mai 2018.

SOUZA NETO, João Batista de Melo e, A prática da moderna mediação: uma integração da Psicologia com o Direito. In: ZIMERMAN, David; COLTRO, Antonio Carlos Mathias. Aspectos psicológicos da atividade jurídica. Campinas: Millennium, 2002.

TRINDADE, André, Edval Luiz Mazzari Junior e, Direito Universitário e Educação Contemporânea. São Paulo: Editora do Advogado, 2009.

AGUIAR, Roberto A. R. de. Habilidades: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Portaria no 1.886, de 30 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

FAZENDA, Ivani Catarina. Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa. In Apostila do Curso de Especialização Docência do Ensino Superior, 2012.

FUX, Luiz. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 41.

NOVOS CAMINHOS

Rebeca Iná Freitas Brito¹; Isabelle Luísa Silva Cantanheide²; Thaylana Coimbra Pinto Martins³; Luana da Paixão Matos⁴; Ana Carolina Garcia Ribeiro⁵; Talita do Carmo Farias⁶; Prof. Msc. Jean Carlos Nunes Pereira⁷; Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa⁸.

1 Graduando no Curso de Direito, CCSA, UEMA, e-mail: inarebeca77@gmail.com; 2 Graduando do Curso de Direito, CCSA, UEMA, e-mail: isabellecantanheide@gmail.com; 3 Graduando do Curso de Direito, CCSA, UEMA, e-mail: thaylana.coimbra@gmail.com; 4 Graduando do Curso de Direito, CCSA, UEMA, e-mail: luanamatos430@gmail.com; 5 Graduando do Curso de Design, CCET, UFMA, e-mail: carol17.gr@gmail.com; 6 Graduando do Curso de Comunicação Social, CCSO, UFMA, e-mail: talitadokarmo@hotmail.com; 7 Professor Efetivo do Curso de Direito, CCSA, UEMA, e-mail: jeancarlosnp@hotmail.com; 8 Professor Efetivo do Curso de História, CECEN, UEMA, e-mail: yuricosta800@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

É cediço que a sociedade brasileira possui inúmeras carências herdadas do seu passado colonial escravista. Essas carências são refletidas nas desigualdades e dificuldades presentes no acesso à justiça, que é efetivado por meio do exercício de direitos. Dessa forma, percebe-se que o protagonismo social exerce grande influência na superação desses obstáculos. Contudo, esse protagonismo só pode ser exercido plenamente quando o indivíduo conhece e compreende os direitos que detém. Por esse motivo, a construção de uma cultura de protagonismo social deve perpassar, necessariamente, a educação em direitos, a fim de superar a barreira educacional que compromete o acesso à justiça.

Para além da concepção de Cappelletti (1988), que atrela o acesso à justiça ao acesso ao judiciário, a efetivação de direitos deve exceder a atividade litigante. Evidentemente, o Estado possui importante papel na solução de litígios e mediação de conflitos, entretanto, ele deve ser o último instrumento buscado para o exercício de direitos, isso porque existem diversas circunstâncias que promovem e ampliam as desigualdades no acesso ao poder judiciário, como os altos custos decorrentes da litigação.

O protagonismo social, por sua vez, requer que os cidadãos se percebam enquanto indivíduos detentores de direitos capazes de agirem e mobilizarem-se em prol da promoção de significativas mudanças sociais. Nessa perspectiva, destaca-se a construção daquilo que Santos (2011) denomina “consciência de direitos”. Por meio da compreensão dos seus direitos, o indivíduo amplia o seu leque de possibilidades de participação na vida pública contribuindo para a elaboração de políticas efetivas.

Sendo assim, o projeto Novos Caminhos tem como objetivo promover a construção de uma cultura de protagonismo social através da educação em direitos. Com o auxílio de recursos audiovisuais e materiais didático-pedagógicos, elaborados em linguagem acessível, busca-se fomentar o debate em torno do acesso à justiça e da efetivação de direitos, garantido que os cidadãos tomem conhecimento acerca dos seus direitos e se mobilizem a fim de efetivá-los.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi executado da primeira a terceira séries do ensino médio de escolas de tempo integral da rede pública estadual de São Luís e de São José de Ribamar. As instituições em que o projeto foi desenvolvido foram: Centro Educa Mais São José de Ribamar, localizado no bairro Olho D'água, em São José de Ribamar; Centro de Ensino Dorilene Silva Castro, localizado no bairro Coroadinho, em São Luís; Centro Educa Mais Joana Batista, localizado no bairro Cidade Olímpica, em São Luís; e Centro Educa Mais Barjonas Lobão, localizado no bairro Cohatrac III, em São Luís.

A metodologia do trabalho centrou-se nos três pilares da atividade acadêmica: ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa seguiu a proposta metodológica da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, o que, entretanto, não implicou em uma rigidez metodológica (2012, p. 26, grifo nosso). Dessa forma, buscou-se garantir que houvesse certa liberdade quanto aos métodos de produção de conhecimento, buscando sempre adaptá-los às necessidades da análise e da construção do objeto. Não obstante isso, a pesquisa assumiu também caráter qualitativo crítico, caracterizado pela aplicação da lógica dialética (RICHARDSON, 2011, p. 94).

3 RESULTADOS

O projeto se deu inicialmente por meio da realização de oficinas de capacitação voltadas para os professores e gestores das instituições nas quais a disciplina foi ministrada, com o intuito de familiarizá-los com os instrumentos utilizados para auxiliar a aplicação da disciplina eletiva. Esses instrumentos foram o documentário e o material didático-pedagógico produzidos pelo projeto em 2018. Além disso, foi apresentada também uma sequência didática, entregue a cada professor a fim de orientá-los no decorrer da disciplina. Nesse material, estão contidos os objetivos da disciplina e a sua estrutura que foi dividida em cinco módulos, desenvolvidos em torno dos episódios do documentário, cada módulo com três encontros de duas horas-aulas, cada hora-aula correspondendo a 50 minutos.

Além disso, a manutenção e democratização do debate sobre direitos não se deu apenas através da disciplina eletiva ministrada nas escolas. Houve também a publicação de artigos de opinião e artigos científicos tanto em meios de comunicação impressos, como o jornal local “O Imparcial”, quanto em meios digitais, como a plataforma virtual “Justificando”, de âmbito nacional.

Após a pandemia global de Covid-19 e a suspensão das atividades acadêmicas presenciais em março de 2020, as ações do projeto se deram exclusivamente por meio de plataformas virtuais. Através do Instagram, foi promovida uma série de lives acerca de debates sobre Direitos Humanos em tempos de pandemia. Ao todo foram produzidos 24 episódios que se encontram disponíveis tanto no perfil do projeto no Instagram, como no canal do YouTube. Essa iniciativa teve como intuito ampliar a presença do projeto nas redes sociais, divulgá-lo e chamar atenção para problemáticas relacionadas aos Direitos Humanos que se intensificaram durante a pandemia.

4 CONCLUSÕES

Por meio da execução do presente projeto, foi possível concluir que:

- O acesso à justiça não pode ser confundido com o acesso ao judiciário, visto que, grande parte da vezes, este último falha ao promover a concretização de direitos, principalmente, quando esses direitos são concernentes a grupos mais vulnerabilizados;
- A existência de uma barreira educacional no acesso à justiça dificulta a construção de uma cultura de protagonismo social;
- O protagonismo social e a participação popular ampliam significativamente as possibilidades de efetivação do acesso à justiça;
- A educação em direitos rompe com o padrão educacional brasileiro de promover uma formação técnica voltada para uma sociedade de consumo;
- As tecnologias da informação são meios aptos a promover, de forma acessível, a democratização e universalização do debate sobre direitos;
- A educação em direitos promove a compreensão do direito enquanto um meio de proteção contra abusos e violências sob as mais diversas formas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Trad. Fernando Tomaz.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1988.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

CIDADANIA & ESPAÇOS URBANOS

Ana Karoline da Silva Santos¹; Eduardo Fabricio Sagadilha Ferreira²; Lidhia Mendonça Penha³; Victor Hugo Jansen de Oliveira⁴; Rodrigo Otávio Bastos Silva Raposo⁵

1 Graduando no Curso de Direito, Centro Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, email: karol-1-12@hotmail.com; 2 Graduando no Curso de Direito, Centro Ciências Sociais Aplicadas; 3 Graduando no Curso de Direito, Centro Ciências Sociais Aplicadas, UEMA; 4 Graduando no Curso de Direito, Centro Ciências Sociais Aplicadas; 5 Doutor em Direito (UERJ), Professor Adjunto do Departamento de Direito, Economia e Contabilidade (CCSA/UEMA)

1 INTRODUÇÃO

Primordialmente, é importante falar acerca da cidadania, que é a liberdade de um cidadão exercer seu direito de natureza civil, política e social, em outras palavras, colocar em prática todos esses direitos vivendo em sociedade afim de poder transformar e intervir no uso de espaços públicos.

Desse modo, é importante destacar a respeito desse assunto, uma vez que é uma temática pouco debatida principalmente fora da seara jurídica. Além disso vamos nos ater quanto as questões dos lixões, no Brasil e no Maranhão, mais especificamente em São Luís – MA.

Diante disso, o descarte de lixo continua sendo um problema global, uma vez que sua produção atinge patamares cada vez maiores e conseqüentemente gera milhões de toneladas de materiais sem valor, isso ocorre desde a restos do ramo industrial à doméstica. Por conta disso, as ações com objetivo de prover a reciclagem e o reaproveitamento desses no que couber, acaba sendo insuficiente e não controla o problema do acúmulo de lixo.

Destaca-se mediante isso que o local adequado é o aterro sanitário, dado que lá será depositado e descartado. Com base na política nacional de resíduos, somente os resíduos sólidos não podem ser reutilizados ou reciclados, por esse motivo deve ser descartado nesse local. Para além disso, há também a problemática gerada pela falta de um planejamento adequado para o descarte de lixo, o que resulta em um dos principais problemas ambientais no Brasil.

Para auxiliar na pesquisa foi utilizada pesquisas bibliograficas, bem como alguns informes jornalísticos. Além disso, as experiências de campo foram fundamentais para a pesquisa,

À luz do exposto, o projeto de extenção tinha como finalidade conscientizar a população local afetada, sobre o seu papel para a criação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Conseqüentemente, mobilizar as comunidades vizinhas quanto às possibilidades e meios para recuperar e conservar os espaços para uso coletivo. Desta forma, busca a recuperação e conservação de terrenos abandonados

2 MATERIAL E MÉTODOS

O local escolhido desse projeto fica localizado entre os cruzamentos da Rua 205 e a Ciclovía 104 no bairro da Cidade Operária, na cidade de São Luís - MA próximo ao campus Paulo VI da Universidade Estadual do Maranhão.

Durante as visitas, pudemos perceber um acúmulo persistente de lixo e detritos de construção civil, que são descartados irregularmente. Fato que ocasiona um lixão irregular no centro do bairro, gerando vários transtornos aos moradores da localidade.

Mediante isso, destaca-se que parte dos moradores da região são de classe média baixa, fato que notou-se durante as visitas, vale ressaltar que ao indagar algumas pessoas da região, estas não sabiam a quem pertencia o terreno.

Posteriormente, foi notório as modificações no local, inclusive, limpeza por parte da prefeitura de São Luís-MA. Observou-se que a reincidência de lixos ocorria, principalmente, por conta dos carroceiros, pois era naquele local que esses descartavam os lixos, fato constatado durante a visita.

O terreno ainda foi encontrado limpo e sinalizado. Além disso, foram colocados alguns pneus com o intuito de separar o local da rodovia. Logo após, pneus foram pintados e o terreno limpo novamente. Contudo, 1 mês depois o local encontrava-se em estado crítico..

3 RESULTADOS

O primeiro, são os lixões a céu aberto, dado que em apenas dois meses a quantidade de lixo ser multiplicada de forma alarmante. Desta forma, as Ações como a do Projeto “Cidadania & Espaços Urbanos”, quando executadas da maneira correta, são imprescindíveis para a não proliferação de situações como a descrita, uma vez que todo o poder emana do povo, tanto no sentido jurídico quanto no sentido fático da expressão.

Diante disso, os lixões são um dos principais problemas ambientais do país, uma vez que são nocivos ao meio ambiente em diversas esferas. Ressaltando que, o meio ambiente um bem comum pertencente a toda sociedade, a sua tutela é de suma importância. Desse modo, legislações concernentes ao tema se fazem necessárias para garantir o equilíbrio ecológico desse, como menciona o art. 225 da Constituição Federal de 1988, que preconiza ser direito de todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O segundo resultado é a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, através da Lei nº 12.305/2010. Sendo a PNRS encarregada de criar metas imprescindíveis para a eliminação dos lixões, proteger a qualidade ambiental e a saúde pública, que são as mais afetadas pela ocorrência de lixões a céu aberto.

4 CONCLUSÕES

- Os lixões a céu aberto ainda são uma problemática dentro de São Luís, mesmo com lei definida acerca do assunto e a existência de ecoponto na cidade, inclusive perto do local estudado.
- Os lixões para serem descartados seguem etapas, principalmente os resíduos sólidos.
- O local selecionado, mesmo sem designação oficial, passou a ser usado de forma recorrente como lixão, fato que se notou em uma das visitas através do carroceiro que fazia o descarte irregular do lixo
- Os próprios moradores contribuíam para a permanência do lixão a céu aberto. Mesmo após ser limpo, todo o processo de revitalização foi prejudicado por posteriores descartes irregulares de lixo avulsos e em sacolas plásticas

REFERÊNCIAS

BRASIL É O 4º país que mais produz lixo no mundo, diz WWF. Portal Ebc: 2019. Disponível: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/brasil-e-o4o-pais-que-mais-produz-lixo-no-mundo-diz-wwf>>. Acesso em: 27.set.2020.

BRASIL TEM QUASE 3 mil lixões em 1.600 cidades, diz relatório. Portal G1: 2018. Disponível: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2018/09/14/brasil-tem-quase-3-mil-lixoes-em-1600-cidades-diz-relatorio.ghml>>. Acesso em: 28. Set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARANHÃO É O segundo no ranking de lixões. IMIRANTE: 2017. Disponível em:
<<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/05/31/maranhao-e-o-segundo-noranking-de-lixoes/>>.
Acesso em: 28. Set. 2020.

O QUE É A POLÍTICA nacional de resíduos sólidos (PNRS). Ecycle: s. d. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/3705-politica-nacional-de-residuos-solidospnrs.html>>. Acesso em: 28.Set. 2020.

DIREITO & CIDADANIA

Karen Bianca Batalha Carvalho¹; Ana Paula Santiago de Sousa²; Gabrielle Barbosa Alves dos Santos³; Rodrigo Otávio Bastos Silva Raposo⁴

1 Graduando no Curso de Direito, Centro Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, email: karenbianca12@gmail.com; 2 Graduando no Curso de Direito, Centro Ciências Sociais Aplicadas; 3 Graduando no Curso de Direito, Centro Ciências Sociais Aplicadas, UEMA; 4 Doutor em Direito (UERJ), Professor Adjunto do Departamento de Direito, Economia e Contabilidade (CCSA/UEMA)

1 INTRODUÇÃO

Não se pode negar que as questões de direito e cidadania permeiam grande parte da vida das pessoas e, por isso, seria de certa forma egoísta querer vinculá-las apenas ao curso de Direito. Dessa maneira, era importante que as pessoas fora do círculo acadêmico tivessem contato com temas de direito e cidadania e alguém deveria ser responsável por fazer esse conteúdo chegar até elas.

Tendo isso em mente, o projeto Direito & Cidadania começou a trabalhar com turmas de ensino médio de escolas públicas a fim de que, mesmo que muitos deles não sigam a carreira jurídica, esses alunos possam ter contato com os temas que estão presentes em diversos aspectos do seu cotidiano.

Para auxiliar nessa tarefa, o projeto tem como base a literatura e o método de temas geradores, desenvolvido por Paulo Freire no capítulo 3 do livro *Pedagogia do Oprimido*, bem como o diálogo, que é, como aponta Paulo Freire no livro *Pedagogia da Esperança*, um princípio pedagógico e metodológico, e a investigação dialógica, ou seja, os educadores protagonizam um processo de percepção do mundo que envolve os educandos e progressivamente os inclui também como protagonistas.

O que se está buscando é o que Carl Rogers chama de facilitação da aprendizagem, pois há chances bem maiores de absorção do conteúdo pelos estudantes quando, ao invés de apenas passar o conteúdo de uma forma unilateral, o educador se envolve na realidade do estudante e o faz discutir de uma maneira dinâmica sobre temas que realmente o interessam e são relevantes para ele.

Por fim, não se pode deixar de ressaltar que o objetivo da equipe ao utilizar os métodos desses autores é desenvolver um olhar e um pensamento crítico no jovem ao informá-lo sobre aspectos jurídicos que perpassam a realidade social de seu país, instigando-o a desenvolver a uma postura participativa, através da aplicação de dinâmicas a serem inseridas e aplicadas junto às disciplinas curriculares com a orientação/ acompanhamento do professor titular da disciplina nas escolas participantes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Atualmente a área de atuação do projeto de extensão são as escolas públicas do Liceu Maranhense, localizada no centro de São Luís, do Fernando Perdigão, que se encontra no bairro do Monte Castelo, e do Manoel Backman, localizada no bairro do Bequimão.

Essas instituições possuem realidades bem diferentes, o que interfere na escolha dos temas gerados, na forma como os alunos encaram o direito e a cidadania dentro da sua realidade e na forma como as discussões serão conduzidas. Isso, não se pode negar, acaba por ser de grande valia para os extensionistas que podem observar como cada ambiente reage a aplicação prática do projeto, bem como permite que os alunos construam o conhecimento de acordo com a sua realidade.

Para atingir o que foi denominado acima de construção do conhecimento, os encontros com os alunos e professores dos Centros de Ensino Manoel Beckman, Fernando Perdigão e Liceu Maranhense foram direcionados pelo método de investigação de temas geradores, abordado por Paulo Freire em seu livro: *Pedagogia do Oprimido*. Desse modo, a partir da realização de três encontros, os membros buscaram cumprir as três etapas elementares deste método. Quais sejam: investigação, tematização e problematização.

Cada encontro se inicia com o questionamento de qual tema os alunos preferem ou se identificam dado o contexto social em que estão inseridos. Assim, investiga-se a repercussão do tema definido em sala, bem como a sua relevância no cotidiano e na formação cidadã dos discentes. Em seguida, a equipe extensionista analisa a oportunidade e aplicabilidade da transmissão horizontal de tais temas às disciplinas curriculares, tendo em vista o impacto social daquela temática provocada pelos alunos, momento em que se observou a tematização.

Por fim, em uma terceira etapa, busca-se a formação de cidadão com uma postura crítica diante do mundo, trazendo as ferramentas e conhecimentos necessários para se abandonar a postura acrítica diante da sociedade e, para esta finalidade, a equipe extensionista realiza o encontro para abordagem do tema sugerido na etapa anterior.

Em cada uma dessas etapas a equipe elaborou uma dinâmica que varia de acordo com a sala, o encontro a ser realizado e o tema sugerido pela turma.

3 RESULTADOS

O primeiro, se não o mais importante resultado que merece ser mencionado é o da turma 216, visto que, segundo o seu professor Carlos Alberto, docente da disciplina de matemática, após ser iniciado o trabalho do projeto na escola, houve uma mudança na turma por conta dos temas trabalhados, com destaque para a apresentação dos direitos e deveres dos alunos. Desse modo, os estudantes desenvolveram uma consciência de que a conservação do patrimônio público também era uma responsabilidade deles.

Esse resultado é muito importante para os membros do projeto, pois durante todos os anos em que projeto foi realizado sempre se almejou que os alunos percebessem na prática os direitos e deveres que os rodeiam como cidadãos, utilizando no seu cotidiano o que é discutido em sala com os extensionistas.

Além disso, foi possível a construção de um conhecimento e a melhor absorção dos temas trabalhados através do diálogo, pois, segundo os próprios alunos, eles já possuem uma base, mesmo que simples, sobre as questões abordadas e sempre que há uma interação este conhecimento é ampliando, proporcionando um maior entendimento do tema e das suas próprias ideias.

Por fim, outro resultado, ligado com o anterior, é o fato de que, por meio do diálogo, os alunos conseguiram expor suas opiniões, conversar de uma maneira argumentativa, lidar de uma maneira equilibrada com as opiniões diversas e tiveram uma maior noções de direito e cidadania que não afetam somente a eles mas também a outros que os rodeiam.

4 CONCLUSÕES

- O método de dinâmicas tem dado bastante certo, pois é melhor forma de manter os alunos interessados e envolvidos com os assuntos trabalhados, bem como se provou ser o melhor caminho para se estabelecer um diálogo.

- As vezes é bem difícil estabelecer um diálogo na sala de aula, pois esse ambiente acaba por criar uma involuntária e imperceptível sensação de hierarquia o que gera um distanciamento, além de um desconforto nos alunos que tem dificuldade de se posicionar como iguais aos educadores e, assim, estabelecer um diálogo com eles. Contudo, a equipe tenta aos poucos vencer essa barreira através do já falado método de dinâmicas.

- Por fim, após todos esses apontamentos, percebe-se que, apesar das muitas conquistas e resultados obtidos, o projeto ainda tem muito a melhorar e avançar, pois o trabalho é longo e árduo. Portanto, mesmo que enfrente diversas dificuldades, assim como na vida, a equipe persiste, construindo seu espaço e tenta e mostrar a alunos do ensino médio um novo modo de aprender direito e cidadania.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: cotidiano do professor. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZIMRING, Fred. Carl Rogers. In: LORIERI, Marco Antônio (org.). **Coleção Educadores**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CULTURA DE PAZ E DIREITOS HUMANOS PARA ALÉM DA UNIVERSIDADE

Lúcio Menezes Vale ¹; Alexandre Bezerra Praseres ²; Maria Luiza da Silva Oliveira ³; Thiago Allisson Cardoso de Jesus⁴

1 Graduando no Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: luciomenezes27@gmail.com; 2 Graduando no Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas; 3 Graduando no Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas; 4 Dr em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA

1 INTRODUÇÃO

O advento de uma época de intolerância, ódio e sentimentos punitivistas e vingativos exige uma revisita aos pilares fundamentais do regime democrático e dos parâmetros de civilidade que tal regime requer. É necessário reforçar o poder do diálogo e aliá-lo à compreensão acerca da pluralidade e diversidade dos indivíduos, o que contribui para uma melhora na resolução civil de conflitos e no uso da “Justiça Restaurativa” enquanto ferramenta para a reconstrução dos laços sociais e reparação de danos causados.

Para expor tais conceitos e reafirmar sua necessidade, o projeto “Cultura de Paz e Direitos Humanos para Além da Universidade”, através da publicização de estudos como os de Howard Zehr, Cristina R. de Oliveira e Marcelo Saliba, proporciona que acadêmicos da Universidade Estadual do Maranhão levem a temática para alunos da rede pública de educação estadual no município de São Luís. Com o intuito de que as novas gerações possam ter uma influência impactante na persecução dos ideais democráticos de tolerância, alteridade, empatia e diálogo.

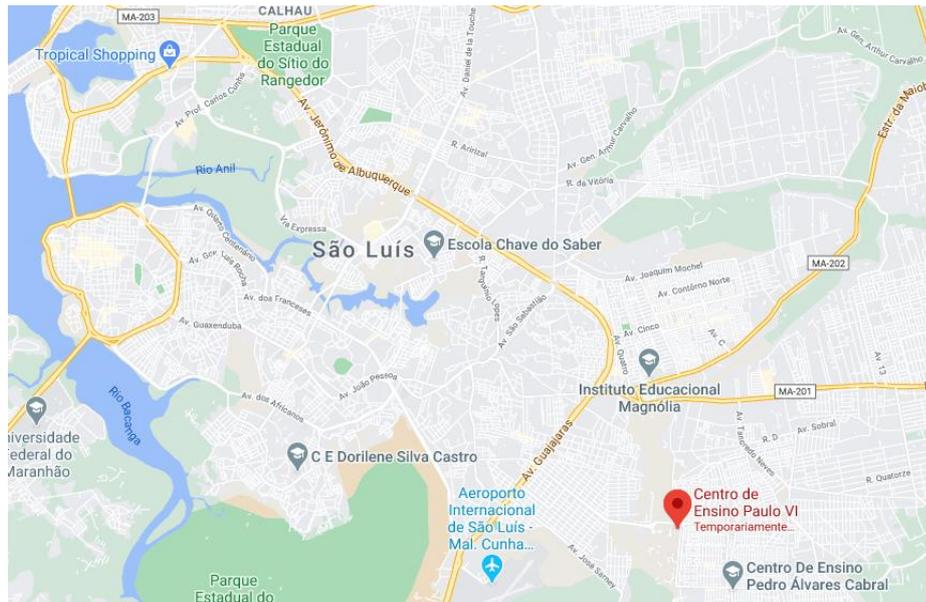
A persecução de parâmetros civilizados e pacíficos na construção da justiça, embora demandem especial esforço, são essenciais para a estabilidade e melhora da coletividade e de suas relações. Em uma perspectiva jurídica, as práticas do projeto fomentam a melhora das relações interpessoais e, por conseguinte, contribuem para um Judiciário menos abarrotado de processos, proporcionando, portanto, maior cuidado para com cada causa, promovendo uma sociedade mais justa, digna e reparativa.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi realizado no município de São Luís, em escolas públicas localizadas em bairros de classe média. A primeira escola a receber intervenções foi a C.E. Paulo VI, fixada nas imediações da Universidade Estadual do Maranhão (bairro Jardim São Cristóvão), com alunos majoritariamente provenientes do bairro “Cidade Operária”.

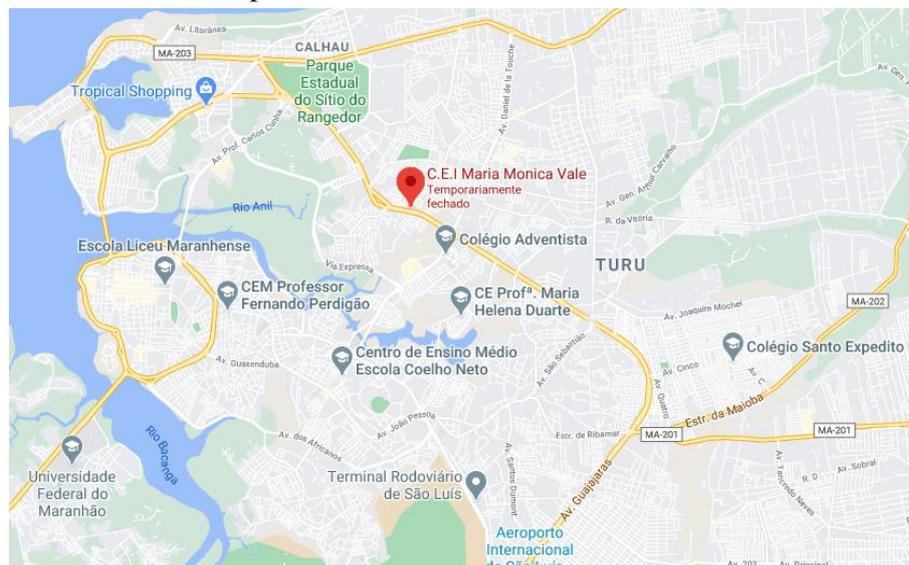
A segunda escola a receber intervenções referentes ao projeto foi a C.E. Maria Mônica Vale, localizada no bairro do Vinhais, com alunos majoritariamente provenientes da vizinhança e localidades limítrofes.

Mapa 1. C.E. Paulo VI, São Luís-MA



Fonte: Google Maps, 2020.

Mapa 2. Maria Mônica Vale, São Luís-MA



Fonte: Google Maps, 2020.

Na exposição temática a metodologia utilizada envolveu diálogos, perguntas, dinâmicas e representações visuais por meio de slides; todos os elementos do método expositivo foram cuidadosamente selecionados para instigar a reflexão dos alunos acerca de situações cotidianas e problemáticas práticas de sua sociedade. Ademais, ilustrações e imagens foram frequentes nas reuniões, o que estimulou a memorização das temáticas por meio de recursos chamativos que associaram os sentidos dos estudantes no processo de aprendizagem e fixação

3 RESULTADOS

No que concerne aos resultados, foram percebidos impactos relevantes das ações do trabalho ante os alunos, enquanto pela sensibilização temática (de mister importância para suas formações cidadãs) através de suas percepções críticas diante das exposições; ante a comunidade de docentes escolares, ao valorarem os objetivos e temas visados pelo projeto e cederem espaços de promoção e apoio às intervenções; além da acolhida da comunidade acadêmica em espaços públicos para a realização de reuniões que almejem o melhoramento da ordem social

Também foram percebidos resultados ante os acadêmicos do projeto, os quais foram instigados a deixar os espaços universitários (salas de aula) e aplicar os conhecimentos teóricos para que reais mudanças possam ocorrer no coletivo nacional, além de terem sido incentivados a desenvolver técnicas de oratória e trabalho em equipe e de descobrirem novas práticas metodológicas, de conteúdo e de relações interpessoais.

Figura 1. Primeira intervenção metodológica, instrucional e expositiva acerca dos institutos correlatos ao processo transitório para uma cultura pacífica; C.E. Paulo VI, São Luís-MA



Fonte: Vale, 2019.

4 CONCLUSÕES

- As iniciativas públicas em promover diálogos e instrução acerca dos problemas sociais em ambientes escolares ainda são escassas.
- A mentalidade retributiva, punitivista ainda permeia a mente da maioria dos alunos, demonstrando a necessidade de que sejam ampliados os esforços na disseminação da Justiça Restaurativa.
- A realidade penal brasileira ainda necessita evoluir ao ponto de que os sujeitos que praticaram delitos possam ser reinseridos na sociedade.
- Os sentimentos de alteridade e empatia serão enfatizados na consciência dos alunos quando projetos referentes ao reconhecimento de direitos puderem ser implantados nas escolas.
- Indiretamente a violência acaba por criar insegurança social, o que alimenta a desconfiança entre os sujeitos, gerando maior dificuldade em implementar uma cultura pacífica de diálogo.
- Sugere-se que as visitas às escolas possam ser periódicas, com turmas capazes de receber vários ciclos do projeto durante seu desenvolvimento estudantil, assim, far-se-á mais simples a mensuração das mudanças ocasionadas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Delano Câncio. Justiça Restaurativa no Brasil: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos. **Âmbito Jurídico**, Fortaleza, 01 de jun. de 2010. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-77/justica-restaurativa-no-brasil-conceito-criticas-e-vantagens-de-um-modelo-alternativo-de-resolucao-de-conflitos/>>.

Justiça Restaurativa. **CNJ: Conselho Nacional de Justiça**, Brasília. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/justica-restaurativa/>>. Acesso em: 26 de fev. de 2020.

NASCIMENTO, Mirella. Justiça Restaurativa: O olho no olho e o diálogo na solução de conflitos e crimes – mesmo os mais graves. **Uol**, São Paulo, 08 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/edicao/justica-restaurativa/#justica-restaurativa>>. Acesso em: 26 de fev. de 2020.

SOUZA, Sérgio Oliveira de. Justiça Restaurativa: o que é e como funciona. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://sergiooliveiradesouza.jusbrasil.com.br/artigos/153407819/justica-restaurativa-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em: 26 de fev. de 2020.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. 1. Ed. São Paulo: Palas Athena, 2012.

DIÁLOGOS NECESSÁRIOS NA UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE DESENCANTO: Aulas Abertas sobre Direitos Humanos e Democracia

Vanessa Teles Nunes¹; Gabriel Garcia Ribeiro²; Beatriz Carolina Silva Leão³; Thiago Allisson Cardoso de Jesus⁴

1 Graduanda no Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: vanessatelesnunes@gmail.com; 2 Graduando no Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: gabriel10garcia10@gmail.com; 3 Graduanda no Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: beatrizcsleao@gmail.com; 4 Doutor em Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: t_allisson@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A importância do presente projeto concebeu-se por meio da intervenção no campo escolhido, fator que proporcionou o fomento ao diálogo com estudantes e corpo técnico e docente da Universidade Estadual do Maranhão, em seus diversos cursos e nos mais variados níveis, o que colaborou com o processo de construção da cultura de paz, apregoada pela ONU, por meio da disseminação das práticas do diálogo, da comunicação não violenta, do respeito e da tolerância ao outro como formas de gerenciamento dos conflitos.

O artigo terceiro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõe, como finalidade para a educação superior, a participação no processo de desenvolvimento a partir da criação e difusão cultural, incentivo à pesquisa, colaboração na formação contínua de profissionais e divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos por meio do ensino e das publicações, mantendo uma relação de serviço e reciprocidade com a sociedade (BRASIL, 1996).

Nesta senda, o tripé formado pelo ensino, a pesquisa e a extensão norteiam o sistema de produção do conhecimento na vida acadêmica e no campo do Direito não poderia ser diferente. Por isso, o ensino jurídico também deve buscar mecanismos que viabilizem a disseminação de saberes acumulados a partir da experiência na sala de aula, notadamente ao se traduzir em atividades extensionistas que façam do entrelaçamento entre universidade e comunidade uma atividade permanente de troca de saberes.

O objetivo principal do projeto foi suscitar o raciocínio crítico, o diálogo fraterno e a troca de saberes e experiências sobre a relevância e conteúdo do cânone internacional dos direitos humanos incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, propiciar o estímulo à tolerância e ao respeito à diversidade, necessários para o fortalecimento da democracia, por meio de rodas de conversa, debates, palestras e *podcasts* realizados na ambiência acadêmica da Universidade Estadual do Maranhão, assim como em ambientes externos à instituição.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A área local de realização do projeto deu-se, inicialmente, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual do Maranhão, realizando, neste local, 01 (uma) ação. No segundo bimestre, desenvolveu-se na sede do Mandingueiros do Amanhã, no centro histórico de São Luís, executando, neste local, 01 (uma) ação. No terceiro bimestre de atuação do projeto, as atividades foram efetuadas no auditório da Livraria e Espaço Cultural AMEI, localizada no São Luís Shopping, realizando, neste local, 01 (uma) ação.

No quarto bimestre, em virtude da pandemia, as atividades tiveram que ser realizadas de forma remota, ou seja, de modo que não demandassem o atendimento presencial, conforme consta no parágrafo 1º, do art. 1º, da Portaria Normativa n.º 44/2020-GR/UEMA, portanto, passaram a ser desenvolvidas e transmitidas por meio de plataformas online, como Microsoft Teams, YouTube e Zoom. O projeto

desenvolveu o podcast do Núcleo de Estudos em Processo Penal e Contemporaneidade, o qual foi intitulado como NEPPCast, sendo publicado, inicialmente, na Plataforma do YouTube e posteriormente no Spotify. No quinto bimestre, foi realizada 1 (uma) atividade online pela Plataforma Zoom e, no sexto bimestre, foram realizadas 1 (uma) pela plataforma Discord, 1 (uma) pelo Skype e 2 (duas) pela Microsoft Teams.

A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória, quanto aos seus objetivos, e documental e bibliográfica, quanto aos procedimentos. O universo da pesquisa foi o público acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão. A abordagem foi qualitativa e quantitativa e o enfoque investigativo dogmático, tendo, como técnica de pesquisa, a documentação indireta, fazendo uso da pesquisa documental e bibliográfica, e direta, utilizando a observação direta intensiva. Além disso, utilizou-se o método de procedimento histórico para proceder as análises, buscando-se trabalhar o previsto no cronograma.

3 RESULTADOS

A execução do projeto iniciou-se com a realização da aula aberta “Sentimento constitucional e avanços sociais nos 31 anos da Constituição brasileira”. No evento, o professor convidado abordou o contexto atual brasileiro indicando alguns sinais de que a Constituição de 1988 estaria ameaçada. Para ilustrar essa situação, foram referenciados riscos às principais gerações de direitos.

No segundo bimestre de atuação do projeto, realizou-se uma roda de conversa para discutir o tema “A persistência das violências contra vidas negras”, no dia 12 de dezembro de 2019. Nesse encontro, foi tratado acerca do Darwinismo Social e suas repercussões até os dias atuais, o encarceramento em massa de jovens negros no Brasil, a ausência de políticas públicas de qualidade para essa população, que resulta na corrosão das expectativas desses jovens em obter uma ascensão social por meio dos estudos, o caráter de resistência cultural afro-brasileira que a capoeira representa em relação à perpetuação das violências do colonizador europeu praticadas contra indivíduos negros e ainda, sobre o genocídio mental praticado contra a população negra devido ao aprisionamento da cultura africana.

Como registro do terceiro bimestre de execução do projeto, foi realizado, no dia 28 de fevereiro de 2020, uma palestra sobre o tema “Tenda dos Milagres: um debate acerca do sincretismo e intolerância religiosa”. No evento, pontuou-se acerca da lacuna existente na formação acadêmica, cuja ocorrência é gerada por meio da omissão de obras que tratem de temas da cultura de matriz africana. Ao discutir sobre a obra amadiana, traçaram-se paralelos, pelos palestrantes, com a realidade enfrentada tanto na cidade de São Luís, como fora do território maranhense, elemento que revela uma situação fática vivenciada por todo o país.

Figura 1. Registro fotográfico feito no encerramento da palestra “Tenda dos Milagres: um debate acerca do sincretismo e intolerância religiosa”.



Fonte: Nunes, 2020.

No quarto bimestre, realizou-se, no dia 05 de maio de 2020, às 18h, a aula aberta online intitulada “Violência de Gênero, Direitos Humanos e Cultura de Paz”, na qual explanou-se acerca da aplicação da Lei Maria da Penha e sobre sua origem. Ainda no quarto bimestre, foi desenvolvido pelo Projeto Aulas Abertas sobre Direitos Humanos e Democracia o “NEPPCast”, um *podcast* voltado para a difusão de conhecimento, por meio de debates e perguntas, o qual visou promover o esclarecimento de alguns temas escolhidos de acordo com a sua relevância. O 1º (primeiro) episódio do do NEPPCast foi publicado inicialmente na plataforma do YouTube juntamente com os vídeos dos eventos anteriores realizados pelo projeto.

No quinto bimestre de atuação do projeto, realizou-se, por meio da plataforma virtual Zoom, a aula aberta intitulada “Mães Yanomami: o embate entre as normas de vigilância sanitária e o direito à cultura dos povos indígenas”. A discussão se centralizou, principalmente, no enterro de crianças, filhos das mães Yanomami, conforme os protocolos sanitários, os quais não foram devidamente repassados para as mães indígenas, que ficaram totalmente à parte da realidade na qual temporariamente se encontravam, tendo em vista que são povos que vivem nas florestas e que, portanto, são totalmente reclusos. Após a realização da aula aberta, foi enviado aos participantes, por e-mail, um questionário sondagem, a fim de conhecer o perfil do público atingido e sua opinião acerca do evento.

No sexto bimestre, foram realizadas 04 (quatro) gravações para o *podcast* desenvolvido pelo projeto. O debate do 2º (segundo) episódio do NEPPCast tratou sobre o tema “Violência contra a mulher no Estado do Maranhão durante a pandemia de Covid-19”. O tema do 3º (terceiro) episódio pautou-se no seguinte questionamento: “A derrubada de estátuas e monumentos históricos é uma forma eficaz de combate ao racismo?”. Para o 4º (quarto) episódio, foi discutido acerca do tema “O Direito na era das redes”. O 5º (quinto) e último episódio do *podcast* desenvolvido pelo projeto Aulas Abertas teve como pauta o “Assédio sexual e moral no ambiente de trabalho”.

Também no sexto bimestre de atuação do projeto, foram elaboradas e divulgadas, por meio da conta no Instagram do Núcleo de Estudos em Processo Penal e Contemporaneidade (NEPPC), infográficos sobre o Projeto Aulas Abertas, dados estatísticos sobre a violência contra a mulher no Brasil e no Estado do Maranhão e um breve histórico acerca da Declaração Universal Dos Direitos Humanos.

4 CONCLUSÕES

- Fortalecimento da função social da Universidade como agente de reflexão e transformação da realidade em que se insere.
- O projeto extrapolou as barreiras físicas da Universidade e buscou um diálogo com as mais variadas entidades da sociedade civil, deslocando discentes e docentes para experiências para além do comodismo usual.
- Fomento, difusão e fortalecimento da compreensão acerca dos Direitos Humanos e da Democracia, por meio da propagação dos postulados consagrados pelo cânone internacional de direitos e garantias fundamentais positivado no ordenamento jurídico pátrio.
- Construção de um ambiente favorável à sensibilização da comunidade universitária, a partir do envolvimento dos sujeitos atuantes na seara, por meio de atividades diversas, práticas dialogais e emancipadoras na solução de conflitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

“RAPENSANDO”: Círculos de cultura para pensar a vida social brasileira

Maria Fernanda Souza Gonzaga¹; Ariane Silva Oliveira²; Edson Fábio Araújo Sousa Junior³ Rodrigo Almeida⁴; Braúlio Roberto de Castro Loureiro⁵; Ana Carolina Torrente Pereira⁶

1 Graduanda no Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: mfernandagonzaga@gmail.com; 2 Graduanda no Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: arianeotawa@outlook.com; 3 Graduando no Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: edsonfabiowork@gmail.com; 4 Graduando no Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: loginiip@gmail.com; 5 Dr. em Ciência Política, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: braulioloureiro@professor.uema.br; 6 Me. em Ciências Sociais e Professora de Sociologia do Centro de Ensino Paulo VI, e-mail: anacarol_torrente@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a apresentar os resultados finais do projeto de extensão “*Rapensando*”: *círculos de cultura para pensar a vida social brasileira*. A extensão foi direcionada aos estudantes do Centro de Ensino Paulo VI, localizado nas proximidades da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O projeto na forma presencial foi desenvolvido entre agosto de 2019 e março de 2020. A metodologia de trabalho utilizada baseia-se nos “círculos de cultura”, modalidade de socialização do conhecimento presente nas propostas do educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) e do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937). No período presencial foram realizados dois círculos, além de reuniões internas formativas e organizativas direcionadas à bolsista e aos voluntários. O intervalo entre março e setembro foi marcado pelo aprimoramento do texto do relatório parcial, pela produção de um *podcast* sobre o projeto e pela elaboração/submissão de relato de experiência para a Revista Práticas em Extensão da UEMA. O projeto de extensão “*Rapensando*”: *círculos de cultura para pensar a vida social brasileira* objetivou construir, a partir da audição de canções e da discussão de letras do gênero musical *rap*, espaços de reflexão coletiva sobre a vida brasileira em seus aspectos históricos, políticos, sociais e culturais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto “*Rapensando*” direcionou-se aos estudantes do Centro de Ensino Paulo VI, localizado nas proximidades da Universidade Estadual do Maranhão. O Centro de Ensino Paulo VI situa-se na Avenida Oeste Externa, número 2628, no bairro Cidade Operária, nas proximidades da Universidade Estadual do Maranhão. De acordo com dados obtidos junto à direção da escola, estão matriculados 471 alunos, divididos entre 391 alunos que cursam o Ensino Médio Regular e 80 alunos que realizam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Centro de Ensino faz parte da rede de ensino do estado do Maranhão.

De acordo com Petrus e Pereira Jr. (2015), o espaço em que se situa o Centro de Ensino Paulo VI, entre os bairros Cidade Operária e São Cristóvão, é caracterizado como local de considerável precariedade urbana. Ambos os bairros possuem índices acentuados de desigualdade socioespacial, notabilizando insegurança econômica e desvalorização urbana, resultando em implicações objetivas e subjetivas que constituem empecilhos a um quadro de efetivo bem-estar.

A metodologia do projeto de extensão foi baseada nas teorias e práticas de Antonio Gramsci e Paulo Freire, ambos defensores da escola como um centro produção cultural fundamental para a disputa da hegemonia na sociedade de classes. Paulo Freire situa o “círculo de cultura” como um método que consiste em um “trabalho comum” essencial na educação popular, em que é realizada uma mediação de saberes por meio de um coordenador que não impõe posições no processo de conquista da liberdade. Como princípio basilar da experiência popular freireana tem-se a busca pela participação crítica e livre dos educandos.

Para Freire, a democratização da cultura constituía questão angular para determinar a emancipação da humanidade. No entanto, como obstáculos haviam os déficits quantitativos e

qualitativos da educação brasileira. Ainda que houvesse a preocupação e o esforço para evitar a vulgarização disfarçada de democratização da cultura, existia uma crença maior de que esse processo se estabelecia através de permutas, e não somente de fórmulas dadas em uma relação vertical. Partindo desse contexto, Freire situa que o desenvolvimento dessa pedagogia surge de mais de quinze anos de acúmulos de trocas entre eruditos e populares em áreas proletárias urbanas e rurais.

Estávamos convencidos, com Mannheim, de que “à medida em que os processos de democratização se fazem gerais, se faz também cada vez mais difícil deixar que as massas permaneçam em seu estado de ignorância”. Referindo-se a este estado de ignorância, não se cingiria Mannheim, apenas, ao analfabetismo, mas à inexperiência de participação e ingerência delas, a serem substituídas pela participação crítica, uma forma de sabedoria. Participação em termos críticos, somente como poderia ser possível a sua transformação em povo, capaz de optar e decidir. (FREIRE, 2019, p. 134).

Já Antonio Gramsci principia suas reflexões pedagógicas com base nas vivências de sua formação educacional, em que se confronta com a educação autoritária, a falta de qualificação dos educadores e a insuficiência de condições materiais para o desenvolvimento dos estudos. Analisando que essas questões não o afetaram somente de modo individual, mas configuram problemas estruturais do sistema escolar destinado aos proletários do sul da Itália, inseridos em um contexto de miséria social e despolitização. O filósofo italiano sistematiza análises e sugestões para uma educação emancipatória embasada na proposta de escola unitária, que se fundamenta em uma *práxis* revolucionária.

Na obra *Os intelectuais e a organização da cultura*, Gramsci aprofunda o debate sobre a organização da escola e da cultura, que é caracterizado por ele como estratificado e correspondente ao modo de vida capitalista da sociedade moderna. Para o pensador italiano, existe um esquema racional de divisão da escola, a escola profissional destinada à instrumentalização das classes subalternizadas e a escola clássica voltada para formação de dirigentes e especialistas.

3 RESULTADOS

O projeto “*Rapensando*”: *círculos de cultura para pensar a vida social brasileira* ocorreu no período 2019.2-2020.1, mediante reuniões preparatórias (subdivididas em formativas e organizativas), dois círculos de cultura e, em virtude das restrições do período de pandemia, elaboração de um *podcast* e um relato de experiência submetido à Revista Práticas de Extensão da UEMA. Nas reuniões, realizaram-se leituras de textos, discussão e escolha das canções analisadas nos círculos e tratamento de questões burocráticas.

O primeiro círculo de cultura, realizado no dia 26 de outubro de 2019, teve como público os alunos do 2º ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Paulo VI, reunindo cerca de 30 participantes. A canção utilizada foi “Brasil Sem Educação”, do grupo de *rap* paulista Face da Morte. Em seu ponto central, o círculo de cultura pretendeu relacionar a letra da música que trata sobre Educação e o papel das Ciências Humanas na sociedade brasileira.

No decorrer das intervenções foram abordadas as seguintes questões: cortes de orçamento das universidades federais e dos institutos federais, bloqueios de recursos destinados ao financiamento de pesquisa científica, desvalorização da reflexão crítica fomentada, principalmente, pelas disciplinas Filosofia e Sociologia. Em contraponto ao panorama desfavorável, os alunos expuseram a relevância das disciplinas de Ciências Humanas para a análise sistematizada da vida social brasileira, o seu papel na estruturação do Estado democrático e a contribuição para efetivação de política públicas que propiciem justiça social.

A partir da audição da música surgiram outras pautas para o círculo de cultura, como a relação entre o desmanche educacional e a concentração de renda no Brasil. Assim como associação entre o “atraso” tecnológico e a contenção de gastos na produção científica. Portanto, corroborou-se que as Ciências Humanas possibilitam a sustentação de um projeto nacional que ajuste desenvolvimento econômico, preservação das riquezas naturais e respeito a comunidades tradicionais e ao povo de forma geral.

Figura 1. Círculo de cultura realizado no Centro de Ensino Paulo IV, São Luís-MA.



Fonte: Gonzaga, 2019.

Em um segundo momento, os alunos apontaram para sua realidade social e as condições materiais da sua escola, produzindo letras que expuseram as vivências do contexto em que estão inseridos. Além disso, os alunos manifestaram algumas visões discordantes. Um aluno defendeu que não é possível a construção satisfatória de conhecimento de maneira informal, ou seja, exterior à educação institucionalizada pelo Estado. Em sua colocação: “na rua só se aprende o tráfico e o crime”. Um outro educando rebateu expondo suas experiências pessoais e utilizando o *rap* também como elemento de legitimação, afirmando que “na rua tem gente sem formação que pode te ensinar muito mais coisa do que em algumas situações na escola, porque tem sempre um ‘cara’ para ‘trocar uma ideia’ e ensinar com o que ele errou”.

O segundo círculo de cultura foi realizado no dia 01 de novembro de 2019, com a participação dos alunos da primeira série do Ensino Médio nos projetos de intervenção, no Centro de Ensino Cidade Operária II, instituição de nível médio da rede pública do Estado do Maranhão, na disciplina de Sociologia, ministrada pela professora Andreia Araújo. A proposta do círculo de cultura na escola surgiu de uma demanda dos alunos do 5º período de Ciências Sociais Licenciatura, como atividade da disciplina de Práticas Curriculares na Dimensão Escolar. O tema do círculo abordou o protagonismo juvenil, a partir da canção “Rua sem nome, barraco sem número”, do *rapper* brasileiro GOG, já utilizada para discussões anteriores.

Contanto também com aproximadamente 30 participantes, foram debatidas inúmeras questões sociológicas decorrentes da reflexão sobre a música. Sendo assim, tratou-se da desmotivação e falta de autoestima decorrente da vulnerabilidade social a que parte dos alunos está exposta. Resultando na impossibilidade de vislumbrarem um processo de emancipação e transformação da sociedade por meio de uma postura ativa de agentes das classes populares. Desse modo, os participantes evidenciaram que, ainda que a sociedade explicitada nas letras do poeta GOG fosse bastante positiva, não conseguiriam conceber um modo de vida como esse no atual panorama social brasileiro.

Figura 2. Círculo de cultura no C.E. Cidade Operária II, São Luís-MA.



Fonte: Gonzaga, 2020.

4 CONCLUSÕES

- A inserção do projeto no espaço do Centro de Ensino Paulo VI foi exitosa, uma vez que os alunos mantiveram a disposição observada no ciclo (2018-2019) anterior de participar dos círculos de cultura;
- Consideramos que as construções coletivas de conhecimento propiciaram a formação de educadores e educandos, em contraponto à racionalidade produtivista;
- O projeto suscitou reflexões acerca dos “círculos de cultura” como processo educacional e modo de socialização do conhecimento que possibilita a reflexão de grupos sociais subalternizados sobre sua própria condição;
- O projeto permitiu a partilha de experiências e posições dialéticas nos círculos, fomentando a análise das múltiplas opressões instauradas na sociedade brasileira, que remetem à nossa histórica desigualdade econômica, política e cultural;
- O projeto viabilizou o mútuo aprendizado entre universidade e comunidade, que são elementos relevantes quando se reflete sobre as possibilidades de democratização da educação e da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 66. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais – Caderno 12. In: *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Direitos territoriais, culturais e sociais

Marlienne Kellen Teixeira Cordeiro¹; Emmanuel de Almeida Farias Júnior²

¹Graduanda no Curso de Ciências Sociais, Centro CCSA, UEMA, e-mail: marliennekellen@gmail.com;
²Professor do Departamento de Ciências Sociais/UEMA, e-mail: emmanuelarias@professor.uema.br

1 INTRODUÇÃO

O projeto tem como foco de debate os direitos dos povos e comunidades tradicionais, a partir da Federal Brasileira de 1988, de modo específico o direito das comunidades quilombolas, assim como decretos conexos a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) referente aos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas, assegurando com que esses povos possam estar apropriando-se das formas de vida, cultura, desenvolvimento econômico afim de fortalecer suas identidades com o fim de gozarem dos seus plenos direitos humanos. Ainda que esses direitos estejam pautados na legislação brasileira, os mesmos possuem pouca efetividade no que se diz respeito às práticas quanto a regularização fundiária dos territórios quilombolas, tal como uma garantia de direitos que não são efetivos conforme rege a constituição.

Consequentemente os discursos e práticas agressivas são fortalecidos, quando de fato não há uma aplicabilidade legítima em defesa dos direitos territoriais, culturais e sociais dessas comunidades quilombolas. Em razão da exclusão dessas políticas públicas de regularização fundiária dos territórios referidos especificamente, das comunidades quilombolas de Anajatuba acarreta uma situação de vulnerabilidade muito mais intensa, tendo em vista o risco de exclusão ambiental, social e cultural.

Desta forma o presente projeto tenciona a formação de lideranças, membros de comunidades quilombolas, e agentes políticos acerca de discussões a respeito do tema, fomentando e possibilitando a população do município de Anajatuba-Maranhão a reivindicar os seus direitos de acesso às políticas públicas. Com o intuito de fortalecer a luta dessas comunidades, as ações de extensão previstas ao decorrer deste projeto correspondem a oficinas quanto a legislação quilombola vigentes, oficinas sobre a legislação ambiental e sobre direitos territoriais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para que se possa entender o contexto social, econômico e político do município de Anajatuba do Maranhão, é preciso que saibamos a origem do referido município. Anajatuba era uma antiga aldeia indígena durante o período colonial, os silvícolas foram-se afastando por motivos de perseguição movidos pelos colonos, onde se fixaram na região, a procura de lugares adequados para a criação de gado. Anajatuba foi elevada à categoria de vila em 1854; ano da sua fundação, sendo assim desmembrada do município de Itapecuru-Mirim apenas em 1938 tornando-se cidade. Segundo o censo do IBGE de 2014 sua população é estimada em 26.214 habitantes, o município encontra-se aproximadamente 130 km de distância da capital de São Luís, com uma extensão de 1.116,947 km², contendo 21 comunidades quilombolas que se sustentam através das atividades agrícolas, pesqueiras e pecuárias, sendo o arroz, a mandioca e o milho os principais produtos exportados da atividade agrícola. Tendo em vista o baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que corresponde apenas a 0,581, o município apresenta apenas 10.8% de esgotamento sanitário adequado, deste modo analisa-se o quanto os direitos fundamentais não são aplicáveis na prática como dispõe na legislação de direitos territoriais, culturais e sociais.

É de extrema importância ressaltar, que o índice de IDH-M próximo a 1 é considerado como uma estimava melhor em qualidade, condições e oportunidades nos setores da saúde, educação, saneamento básico. Ainda sim as condições tanto nesses setores citados anteriormente, dentre outros, no município de Anajatuba não se encontram em situações favoráveis para o acesso a direitos fundamentais, como, por exemplo, a liberdade, segurança, o exercício dos direitos sociais e individuais, a igualdade e justiça.

Desta forma a metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi o levantamento bibliográfico de fontes documentais e de referências bibliográficas relacionadas aos temas; realização

de análise dos processos que envolvem a presença dos dispositivos jurídicos, a fim de validar a efetivação da garantia dos direitos básicos dos povos e comunidades tradicionais buscando por elementos que venham contribuir para formação de lideranças quilombolas e não quilombolas, agentes políticos e estudantes mediante a legislação vigente, em busca pelos direitos territoriais, culturais e sociais.

3 RESULTADOS

Conflitos e negligência em tempos de pandemia, ocasionando uma intensificação das desigualdades sociais, políticas e econômicas trazendo discussões pertinentes sobre a legislação vigente processo de democratização frente aos desafios enfrentados nas arenas políticas, mesmo que este acesso seja reduzido para essas comunidades. Sendo realizadas estratégias de resistências, e formas de mobilizar mais agentes das comunidades para participarem efetivamente de todas as formas de reivindicar os direitos que lhes são negados

4 CONCLUSÕES

- A partir dos levantamentos bibliográficos e a análise dos dispositivos jurídicos, possibilitou uma visão mais ampla sobre as formas de efetivação dos direitos dessas comunidades; assim como suas mobilizações para reivindicar a garantia desses direitos perante a lei.
- À vista disso evidencia a problemática da baixa efetividade de tal legislação, na qual se faz necessária para o cumprimento das políticas públicas nas terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, Sheilla Borges, Danilo da Conceição Serejo Lopes, Eduardo Faria Silva (organizadores). **Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha**. UEA edições. Manaus, 2013.

----- Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.ª ed, Manaus: pgsca-ufam, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3º edição editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Editora UNESP. São Paulo, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1976.

-----Etnicidad y Identidad Étnica era América Latina (Org.), Ediciones de la Casa Chata. México, no prelo.

Deborah Duprat, org. Manaus: uea, 2007. Pareceres Jurídicos – Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais.

DIÁLOGO CÁRCERE-UNIVERSIDADE: As Ciências Sociais no processo de reabilitação de detentos

Lina Paula Cutrim Garcia¹; Beatriz Carvalho de Pinto²; Karina Biondi³

1 Graduanda no Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA, e-mail: linapcgarcia@gmail.com; 2 Graduanda no Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas; 3 Dr em Antropologia Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UEMA

1 INTRODUÇÃO

A APAC (Associação de Proteção aos Condenados) consiste em um modelo novo de prisão, com um conceito diferente do que se entende por ressocialização. Este projeto de extensão, tendo em vista a aparente eficácia da APAC, deu atenção aos princípios contidos nos doze elementos que compõem esta instituição, e principalmente, à valorização humana.

Este trabalho foi realizado através de diversas parcerias e contribuições, e em colaboração com pesquisadores da University of Westminster (Inglaterra) e da Faculdade de Direito da USP, bem como com o apoio do Núcleo de Monitoramento Carcerário do Estado.

A FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados) teve um papel extremamente importante dentro deste trabalho e de toda a construção da Associação, como quem aplica, fiscaliza e mantém as APAC's ao redor do país. Este trabalho então contou com parceiros que se dispuseram a ajudar na construção de um *Curso de Formação Social*, que teve uma porcentagem grande dos apenados da APAC na comarca São Luis como alunos.

Todos os encontros no local serviram como incentivadores para os estudos dos recuperandos, que já tinham conhecimentos próprios de suas vivências e do senso comum que foram refinados nas aulas ministradas. A abordagem foi feita como em uma sala de aula, com rodas de conversa, slides, debates e exposições de opiniões, seguindo uma ordem para organização. O primeiro módulo do curso contou com aulas sobre violência, raça, desigualdades, trabalho, meio ambiente, entre outros.

O referencial teórico utilizado nas reuniões de organização das aulas teve como base autores que estudaram/ estudam sistema carcerário, política, criminologia e educação, os pilares para esta abordagem sociológica. Entre eles estão Foucault e sua obra *Vigiar e Punir, Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC*, de Karina Biondi ; *Estarão as prisões obsoletas? De Ângela Davis*; *O capital* de Karl Marx, *Comunicação ou Extensão?* de Paulo Freire, entre outros.

O objetivo geral deste projeto de extensão foi estimular entre os detentos o pensamento social crítico, a partir da discussão de temas relevantes para eles, e com base na produção na área das ciências sociais. Foi importante despertar de cada um deles um sentimento de pertencimento a algo, e a liberdade de expressão de pensamentos em cada aula foi crucial para este processo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O campo de atuação deste projeto foi a APAC São Luis, situada no município de Paço do Lumiar, local simples e com poucos moradores nas adjacências. O local possui capacidade para até 90 presos, divididos entre os que estão no regime semiaberto e fechado.

De forma específica, foram realizadas visitas semanais à APAC e, nestas visitas, foram feitas rodas de conversa e debates sobre temas relacionados a questões sociais. Além disso, na Uema, a equipe realizou reuniões e discussões acerca da abordagem pedagógica para trabalhar os conteúdos.

Figura 1. Participação no workshop feito pelos pesquisadores Sacha Darke e Andreas Aresti



Fonte: Acervo do projeto, 2019.

3 RESULTADOS

A APAC se mostra como uma busca por uma outra visão dos apenados, tal qual leva o próprio nome do projeto. Visão essa que permite que eles sejam enxergados como possuidores de conhecimentos sobre diversas áreas, e principalmente no tocante à criminologia, afinal, quem já cometeu crimes e já vivenciou a prisão é quem mais sabe sobre eles e suas consequências. A experiência na construção de atividades formativas através do *Curso de Formação Social* com o grupo de recuperandos da APAC apresenta pontos de reflexão sobre o processo educativo entre todos os sujeitos envolvidos. Os recuperandos possuem experiências de vida que devem ser consideradas e respeitadas no enriquecimento do debate sistemático. É um processo freiriano de “educar e educar-se” continuamente.

Este trabalho, portanto, levou conhecimentos das Ciências Sociais para os apenados da APAC São Luís, estimulando entre eles o pensamento crítico nas discussões dos temas já conhecidos por eles, no estímulo de tais conhecimentos. A cada aula foi observado entre os alunos o desejo de aprender e principalmente de serem ouvidos, visto que as temáticas faziam parte de suas vivências.

O método, a linguagem e a abordagem feita pelos “alunos de fora” fizeram os “alunos de dentro” se sentirem como em uma escola de fato, e isto foi grandemente observado por eles na finalização do módulo. Neste ponto cumpre-se o objetivo do projeto, que é o de contribuir para a recuperação dos apenados através de temas das Ciências Sociais, o que foi feito com uma leveza que nem os próprios apenados notaram que estavam fazendo uso de teorias conhecidas dentro do ambiente da universidade, sem ao menos terem estado em uma para isso.

Enquanto este processo se fez, outro se fez paralelamente, onde nós, alunos de graduação, sem contato algum com ambiente carcerário, aprendemos com aqueles que tiveram oportunidade de falar sobre o que sentiam e sabiam sobre temas diversos graças a um método que os valoriza, e esta troca foi grandiosa tanto para eles quanto para nós, e para mim, individualmente, uma experiência inesquecível, como bolsista e pesquisadora e, principalmente, como pessoa.

Portanto, considero que as construções coletivas de conhecimento obtidas em cada uma das aulas proporcionaram a formação de um processo de ensino-aprendizagem eficaz para todos os envolvidos, através de uma aproximação da Universidade e integração na ação junto à APAC, construindo assim um espaço de troca e conhecimento mútuo.

Por fim, a obtenção de certificados homologados pela Uema ao final do curso serviram de estímulo e impulsionamento para estudos futuros dos recuperandos, dentro e fora do ambiente da APAC.

Figura 2. Entrega de certificados de conclusão do curso



Fonte: Acervo do projeto, 2019.

4 CONCLUSÕES

- Este trabalho levou conhecimentos das Ciências Sociais para os apenados da APAC São Luís, estimulando entre eles o pensamento crítico nas discussões dos temas já conhecidos por eles, no estímulo de tais conhecimentos;
- A abordagem feita pelos alunos e professora da UEMA proporcionou bem estar aos recuperandos para que dessem suas opiniões, críticas e ideias acerca das temáticas;
- O diálogo cárcere-universidade cumpriu-se a cada aula, pois não houve diferenciação entre os estudantes (os “de fora” e “de dentro”) , e sim um aprimoramento das falas nas junções dos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC.** São Paulo: Editora Terceiro Nome: 2010.

DAVIS, Ângela. **Estarão as prisões Obsoletas?** Difel, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia Política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FORMAÇÃO POLÍTICA QUILOMBOLA E A LUTA POR GARANTIAS CONSTITUCIONAIS: A experiência da “Escola Negro Cosme” em Bequimão-MA

Isabelle Cascais Neves¹; Prof^a. Dr^a. Marivania Leonor Souza Furtado²

¹Graduanda do Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, isabellyneves.29@gmail.com, UEMA; ²Professora Orientadora – Ciências Sociais - CCSA – UEMA

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de extensão que se centra na realização de processos formativos de lideranças quilombolas inseridas no Movimento Quilombola de Bequimão (MOQUIBOM/MOQBEO) através da Escola de Formação Negro Cosme e se torna um importante mecanismo de acesso e garantia de direitos constitucionais específicos para quilombolas. As informações socializadas com estas comunidades objetivaram o conhecimento e a luta pelos direitos específicos aos quilombolas, já que com o acesso a estes conhecimentos se torna mais fácil reivindicar seus direitos que estão garantidos na Constituição Federal

Para sua execução este projeto conta com uma equipe formada pela extensionista já mencionado e a professora – orientadora do projeto Dr^a Marivania Leonor Souza Furtado do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UEMA). Com base nisto, este projeto tem por Isabelle Cascais Neves¹; Prof^a. Dr^a. Marivania Leonor Souza Furtado objetivo a realização de Processos Formativos para implementação de direitos constitucionais às lideranças quilombolas inseridas no contexto de uma articulação local em Bequimão – o MOQBEO, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Projeto de Extensão aqui em relato que objetivou a formação política de lideranças quilombolas, através da Escola Negro Cosme, teve como campo de execução o município de Bequimão. Bequimão está localizado na Região Norte Maranhense, Microrregião Litoral Ocidental Maranhense, pertencente à área de proteção ambiental da Baixada Maranhense (VIARURAL), com altitude da sede de 17,0 metros acima do nível do mar.

Com base no autor Clifford Geertz (1989) a etnografia se insere no contexto de observação do campo onde foi pesquisado tomando como ponto de partida a descrição densa que abrange as múltiplas especificidades e estruturas encontradas no campo, além disto na intenção de construir um diário de campo foi realizado o uso da técnica etnográfica sendo esta “...uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social [...]” (WEBER, 2009).

Figura 1. Localização do município de Bequimão.



Fonte: Google Maps, 2020.

Bequimão teve sua autonomia política em 21/04/1918 e está inserido no Mesorregião Norte maranhense, dentro da Microrregião Litoral Ocidental maranhense, compreendendo uma área de 769 km². O município possui uma população de aproximadamente 20.339 habitantes e uma densidade demográfica de 26,44 habitantes/km², (IBGE, 2010).

A população de Bequimão é composta por moradores da sede e dos distritos que compõem o perímetro do município. Nesse perímetro estão localizadas diversas comunidades quilombolas, sendo que dez destas comunidades já estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares como Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Para o desenvolvimento das atividades deste Projeto foram realizadas rodas de conversa, produção de textos pelos participantes quilombolas, aulas dialogadas e atividades científico-culturais.

3 RESULTADOS

A Escola de Formação Negro Cosme (EFNC) teve sua primeira etapa organizada em no ano de 2017, foi realizada durante os finais de semanas na Escola Familiar Rural Albemirim em Santana, Bequimão. Cada etapa da escola é subdividida em módulos temáticos de acordo com o que foi proposto no projeto político pedagógico (PPP), sendo de autonomia dos formadores, parceiros do MOQBEQ/MOQUIBOM, ministrar as aulas. Cabe mencionar que o GEPEX – LIDA/UEMA é um dos parceiros do movimento que além de prestar assessoria ao MOQBEQ coopera nas atividades da EFNC, assim como o Movimento Sem – Terra (MST).

No ano de 2019 as etapas de formação da EFNC, ocorreram em junho de 7 a 9 e 18 e 19 de outubro na comunidade quilombola Marajá, devido a facilidade de deslocamento para todos envolvidos na Escola além de promover ações dentro das próprias comunidades inseridas no MOQBEQ.

O LIDA/UEMA, grupo de pesquisa e extensão do qual faço parte e que coordena este Projeto, realizou em Bequimão no período de 13 a 15 de março de 2020, um módulo da Escola de Formação Negro Cosme. O encontro contou com a participação de 21 alunos de 9 comunidades quilombolas, destes 4 eram Marajá, 5 de Rio Grande, 2 de Aripupá, 1 de Pontal, 1 de Malhada de Preto, 1 de Rio da Prata, 1 de Pericumã, 1 de Gurutil e 1 de Capoeira Grande.

Figura 2. aulas temáticas da EFNC



Fonte: Arcevo do LIDA/UEMA

Com o término das atividades deste módulo o próximo ficou previsto para abril de 2020, contudo as atividades não seguiram porque fomos surpreendidos pela pandemia do coronavírus, que nos obrigou a parar com atividades profissionais e em grupo. No período da pandemia foram realizadas reuniões de estudos através de plataforma on line e encontros com os integrantes da Coordenação Político Pedagógica da Escola de Formação Negro Cosme. Ficou decidido, após a flexibilização da quarentena, uma retomada das atividades presenciais da Escola, seguindo protocolos de segurança sanitária, para outubro de 2020.

4 CONCLUSÕES

- A Escola de Formação Negro Cosme tem por público - alvo as lideranças de comunidades quilombolas oriundas da Baixada Maranhense. Com base nisto, este projeto se torna uma importante ferramenta para disseminação das questões que envolvem estas comunidades étnicas além, também, das questões raciais, territoriais e sociais que as permeiam.
- As informações socializadas com estas comunidades objetivam incentivar o conhecimento e a luta pelos direitos específicos aos quilombolas, já que com o acesso a estes conhecimentos se torna mais fácil reivindicar seus direitos que estão garantidos na Constituição Federal.
- Além da disseminação de saberes científicos e jurídicos a Escola de Formação Negro Cosme (EFNC) desenvolve o empoderamento quilombola, evidenciando em suas discussões e ações formas de valorização das características específicas destas comunidades e de suas lideranças a fim de romper com visões estereotipadas que geram o preconceito sobre esses povos.
- A UEMA se torna uma importante parceira para a realização da Escola de Formação Negro Cosme, através da realização deste projeto de extensão e a disposição de alunos e professores que disseminam os saberes científicos.

REFERÊNCIAS

CORREA FILHO, Francisco Lopes. **Relatório diagnóstico do Município de Bequimão**. Terezina: Projeto de cadastro de fontes de abastecimento de águas subterrâneas no Estado do Maranhão. PAC. 2011.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

FURTADO, M; MUNIZ, S; OLIVEIRA, C. **REFLEXÕES DECOLONIAIS E LUTAS SOCIAIS NO MARANHÃO**: a experiência da Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

GEERTZ, Clifford. **Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura**. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 13-41, 1989.

TECLAÍNDIOS

Joseph Daniel Queiroz Viana¹; Prof^a. Dr^a. Marivania Leonor Souza Furtado²; Carlos Ronyhelton Santana de Oliveira³

¹Graduando do Curso Bacharelado em Engenharia Mecânica – CCT – UEMA, ²Professora Orientadora – Ciências Sociais - CCSA – UEMA, ³Professor Colaborador - Bacharelado em Engenharia Mecânica – CCT – UEMA

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de extensão aborda a temática dos nove povos indígenas do Maranhão, como são divididos em dois grandes troncos linguísticos (Tupi e Macro-jê) e de um de seus principais entraves para a veiculação de conhecimentos e processos comunicativos em Línguas indígenas: a não existência de caracteres específicos das Línguas Indígenas do Tronco Tupi e Macro-Jê nos teclados utilizados pelos cursistas, seja os de computadores ou nos de telefonia móvel. Dessa forma, a proposta tem como objetivo principal a elaboração de dois teclados virtuais, sendo um para utilização em sistemas operacionais Android e o outro para utilização em sistemas operacionais Windows, ambos com características específicas e adaptadas às línguas indígenas Timbira e Tenetehara/Guajajara inseridas nos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê dos povos indígenas no Estado do Maranhão bem como oferecer capacitação a estes povos para utilização destes recursos tecnológicos.

No Maranhão são identificados, oficialmente, nove povos indígenas cuja população total é de 35.272 pessoas, segundo dados do IBGE em seu último Censo (IBGE, 2010). Os povos indígenas são divididos em dois grandes troncos linguísticos, a saber: Tupi e Macro-jê. A pertença a um desses troncos linguísticos revela práticas socioculturais aproximadas, entretanto cada povo se reconhece e é reconhecido como específico. Os falantes do tronco Tupi são: Tentehar/Guajajara, Awá/Guajá, Urubu-Kaapor. Os falantes do tronco Macro-jê são: Canela Apaniekrá e Ramkokamekrá, Pukobyê (Gavião), Krikati, Krepu'kateyé e Kenyê.

Diante disso, a escola é reivindicada por esses nove povos, que disputam este território e possuem suas terras inseridas em 18 municípios maranhenses, compreendendo um total de 280 aldeias em 16 terras indígenas. Em cada uma das aldeias indígenas a escola se faz presente como uma instituição mediadora entre mundos distintos e, na maioria das vezes, como expressão da relação de domínio e sujeição que tem pautado a história de assimetrias entre índios e não-índios neste Estado e em todo continente “americano”.

Embora entendida como uma estratégia para defesa dos direitos indígenas, a presença da escola nas aldeias pode levar ao oposto dessa expectativa e reverter-se em novos e ressignificados processos assimilativos e colonizadores, pois o protagonismo de não indígenas assumindo essa importante instituição nas aldeias do Maranhão tem sido verificado. Atuam nas escolas das aldeias do total de 1.100 docentes, somente 400 indígenas o que tem dificultado o acesso dos alunos indígenas ao saber escolar, pois este se faz em língua estrangeira aos indígenas (o português), com material didático fora da realidade das aldeias e docentes despreparados para lidar com as especificidades indígenas.

Diante do quadro deficitário da atuação dos próprios indígenas assumindo os seus processos escolares, a UEMA em 2016 iniciou uma Licenciatura Intercultural, específica e diferenciada para atender a educação básica nas escolas das aldeias. Um dos objetivos da Licenciatura Intercultural e qualificar os próprios indígenas para a produção de materiais didáticos em suas aldeias, entretanto para que isso seja possível as línguas indígenas devem ser o principal veículo de transmissão desses saberes.

Observou-se nas aulas de Línguas Indígenas, do Curso de Licenciatura Intercultural, que um dos principais entraves para a veiculação de conhecimentos e processos comunicativos em Línguas indígenas é não existência de caracteres específicos das Línguas Indígenas do Tronco Tupi e Macro-Jê nos teclados utilizados pelos cursistas, seja os de computadores ou nos de telefonia móvel.

Este Projeto objetiva, portanto, a criação de ambos os tipos de teclados virtuais, o primeiro para utilização em sistemas operacionais Android e o segundo para utilização em sistemas operacionais Windows, que se adequem às Línguas Indígenas Tupi e Macro-Jê bem como a capacitação dos respectivos povos indígenas a utilização desses instrumentos a fim de garantir a plena cidadania destes

quanto ao uso de suas línguas maternas em processos de comunicação e veiculação de saberes em sua formatação escrita.

A escolha de criar os teclados direcionados a estes sistemas operacionais deve-se ao fato deles serem, nos seus âmbitos, os mais utilizados no mundo, sendo o Windows, por exemplo, utilizado em 88,4% dos computadores disponíveis no mercado em 2018 segundo a *Net Applications* (COMPUTERWORLD, 2019) e o Android utilizado em 85% do mercado de dispositivos mobile em 2018, segundo a IDC (IDC, 2019). Da mesma forma que os sistemas operacionais mencionados são utilizados em larga escala em níveis globais eles são também os mais comuns entre os grupos indígenas foco deste projeto.

O desenvolvimento do teclado virtual para S.O. Windows ocorrerá na plataforma NetBeans, teclado no qual será utilizado para a realização da oficina de capacitação dos povos com o novo recurso tecnológico. Espera-se com este Projeto reverter um quadro de imposição linguística aos povos indígenas em nosso Estado, que tem se manifestado pela invisibilidade das suas línguas e acesso aos instrumentos tecnológicos adequados aos seus alfabetos e, portanto, à grafia de suas memórias e saberes. A concretização do teclado para atender as línguas indígenas do Timbira e Macro-Jê apresenta-se como uma proposta de tecnologia inovadora e de forte apelo à inclusão dos povos que historicamente têm sido excluídos da cidadania plena. O Projeto atenderá a mais de 10 mil indígenas que estão inseridos no plano da escrita formal seja como docentes, discentes, ou usuários da telefonia móvel.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto de um teclado virtual requer principalmente a criação e implementação de interfaces ajustadas as necessidades dos troncos linguísticos, que no caso do sistema Windows será desenvolvido em linguagem Java e no caso do Android o mesmo será feito através de scripts XML, em ambas as situações serão construídos os *layouts* e aparências dos teclados propostos. Além disso, serão explorados na implementação conceitos de programação mais avançados, como serviços e herança. Ambos os *layouts* serão vinculados a classes programadas para gerarem as funcionalidades técnicas das interfaces, como a resposta ao clique de um botão por exemplo, e a linguagem de programação selecionada para as duas implementações foi a linguagem Java principalmente pela sua característica de alta portabilidade entre sistemas operacionais de computadores como desktops e notebooks, bem como pelo fato do Google indicar que, os aplicativos Android devem ser escritos principalmente com as linguagens Java, Kotlin, e C++ usando o Android SDK. Nos dois casos as primeiras configurações implementadas serão os alinhamentos dos teclados a parte inferior das telas (computadores, *smartphones* e *tablets*) e a cor do plano de fundo definida como cor primária.

A referida classe Java será implementada como um serviço, o que atribui ao aplicativo capacidade de ser executado em segundo plano e, em seguida, se tornar ativo no momento em que se faz necessário - quando o usuário seleciona um texto de edição em outro aplicativo, por exemplo.

Para desenvolver o teclado virtual Android o ambiente de desenvolvimento integrado (IDE) selecionado foi o Android Studio por este ser o IDE oficial do Google (principal mantenedora do Android) e também ser gratuito. Ele é baseado no IntelliJ IDEA e além de funcionar como editor de código e de possuir as ferramentas de desenvolvedor avançados do IntelliJ, o Android Studio oferece ainda mais recursos para aumentar a produtividade dos desenvolvedores na criação de aplicativos Android, como: a) um sistema de compilação flexível baseado no Gradle; b) um emulador rápido com inúmeros recursos que simulam os *hardwares* de dispositivos móveis; c) um ambiente unificado para programadores desenvolverem para todos os dispositivos Android; d) *Instant Run* para aplicar alterações a aplicativos em execução sem precisar compilar um novo APK; entre outras vantagens (GOOGLE DEVELOPERS, 2019).

Alterações de mesmo escopo no padrão de serviço no Windows também se farão necessárias na respectiva programação do seu teclado virtual.

O desenvolvimento do teclado virtual para S.O. Windows ocorrerá na plataforma NetBeans. Ele é um IDE gratuito que conta com um editor que oferta várias facilidades ao desenvolvedor Java como, por exemplo, recuo de linhas, associação de palavras e colchetes, destaque de códigos-fonte por sintática e semanticamente. Ele também fornece modelos de códigos, dicas de codificação e ferramentas de refatoração. Trata-se do primeiro IDE gratuito a oferecer suporte ao JDK 8, JDK 7, Java EE 7,

aprimoramentos de HTML5, e a JavaFX2 (NETBEANS, 2019). A interface de inicialização do NetBeans pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1. Interface de inicialização do NetBeans



Fonte: Viana et al. (2019)

Construídas as interfaces e funcionalidades dos teclados a etapa seguinte será a realização de treinamentos para capacitação dos povos indígenas alvos do projeto e a disponibilização gratuita dos programas nos principais sites de *downloads* de aplicações gratuitas como a Play Store, no caso do teclado Android, bem como na Loja da Microsoft, para o caso do teclado Windows.

Figura 2. Interface de inicialização do NetBeans



Fonte: Viana et al. (2019)

Figura 2 – Imagem do Teclado



Fonte: Autores (2019)

3 RESULTADOS

Durante o desenvolvimento dos *softwares*, foi possível fazer uma introdução, para o público alvo, acerca do que seria e como iria se proceder ao desenvolvimento do teclado indígena, conforme mostra as imagens abaixo.

Diante do que foi apresentado e proposto, houve uma grande repercussão entre os participantes do Projeto. A priori, houve uma introdução às noções básicas de estudo de programação e tecnologia

pra depois ser apresentado o real objetivo do Projeto, que é reverter um quadro de imposição linguística aos povos indígenas em nosso Estado. Com isso, houve uma grande receptividade do Projeto como um todo, assim, impulsionando os estudos e motivando os participantes a cooperar com a otimização da interface do *softwares* dos teclados.

Durante os primeiros meses, conforme o proposto no plano de trabalho foi feita a catalogação dos dados do levantamento sociolinguísticos dos povos indígenas participantes do Projeto. Desse modo, foi possível analisar, em suas singularidades, todo o alfabeto indígena para dar o início a criação do novo teclado. Diante disso, foi possível finalizar o levantamento dos caracteres necessários que atendem as bases linguísticas indígenas Timbira e Tupi, assim, dando início a terceira etapa do processo, que serão os auxílios no processo de prototipagem, desenvolvimento e testes do teclado.

Em tal etapa, será feita a fusão de todos os dados obtidos até agora para a confecção do *software* e, assim que concluído, será feita uma monitoria na oficina para testar os usos dos *softwares* dos teclados e, provavelmente, fazer as eventuais modificações e otimizações dos *softwares*. Dessa maneira, tudo se encontra dentro do plano e prazo previsto no trabalho proposto.

4 CONCLUSÃO

- Dado início ao processo de prototipagem, desenvolvimento e testes do teclado conforme proposto no plano de trabalho, desenvolveu-se do teclado para o sistema operacional Windows e o desenvolvimento parcial do teclado para o sistema Android.
- Ambos se encontram em fase de testes internos com finalidade de evitar possíveis erros de programação e *bugs*. Com isso, espera-se que durante a oficina para testar os usos dos *softwares* dos teclados, o quantitativo de ajustes seja mínimo, com objetivo de que os *softwares* sejam lançados em pleno funcionamento.

REFERÊNCIAS

COMPUTERWORLD. **Windows 7 deve manter liderança entre sistemas operacionais mais usados até 2019**. Disponível em: <<https://computerworld.com.br/2018/05/07/windows-7-deve-manter-lideranca-entre-sistemas-operacionais-mais-usadosate-2019/>>. Acessado em: 12 de maio de 2019.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **A escola no mundo dos índios**. São Luís: UFMA. Monografia de conclusão de curso. 1995

FURTADO, Marivania Leonor Souza. Do outro lado da ponte: um olhar sobre a educação escolar indígena(ist)a. IN. AIRES, Max P. (org). **Escolas indígenas e políticas interculturais no nordeste brasileiro**. Fortaleza: UECE p.165-189. 2009.

GOOGLE DEVELOPERS. Conheça o Android Studio. Disponível em: <<https://developer.android.com/studio/intro>>. Acessado em: 3 de maio de 2019. INSTITUTO

BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf>. Acessado em: 8 de maio de 2019.

IDC. Participação no mercado de smartphones. Disponível em: <<https://www.idc.com/promo/smartphone-market-share/os>>. Acessado em: 10 de maio de 2019.

NETBEANS. NetBeans IDE - A Forma Mais Inteligente e Rápida de Codificar. Disponível em: <https://netbeans.org/features/index_pt_BR.html>. Acessado em: 5 de maio de 2019. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena**. São Luís: UEMA, 2016

CAPOEIRA ANGOLA DOS MANDINGUEIROS: Resistência e inclusão social.

Nahor Daniel Ribeiro Diniz¹; Valdira Barros²;

1 Graduando no Curso Eng^a Agronomica, Centro CCA nahordiniz@hotmail.com; 2 Prof^a Dr^a Valdira Barros/CCSA, UEMA, valdirabarros@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A influência africana está presente nas mais variadas manifestações culturais do Estado. No entanto, o mesmo povo que faz do Maranhão e de sua capital uma das regiões mais ricas em manifestações culturais, vive em condições de extrema pobreza, que tem afetado o seu acesso à cultura e o seu pleno gozo dos direitos sociais.

Nesse contexto, a organização não governamental Centro Cultural Mandingueiros do Amanhã, sediada em São Luís desenvolve uma série de atividades que visam contribuir para a formação ético-política de crianças, adolescente e jovens.

A referida instituição também atua em comunidades quilombolas localizadas nos municípios de Santa Rita e Itapecuru-Mirim, onde desenvolve ações de fortalecimento da identidade cultural a partir da Capoeira Angola.

A Capoeira, que no dia 15 de julho de 2008, teve sua importância sócio-histórica-cultural reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, classificando-a como patrimônio imaterial brasileiro, em especial a modalidade Angola, carrega um discurso ético de respeito ao outro e de valorização da tradição ancestral. O capoeirista não deve aplicar seus conhecimentos para subjugar o oponente, mas para realizar um “diálogo de corpos”.

A cultura popular é uma fonte de saberes empíricos. A inclusão social é uma das maneiras de se trabalhar para inserir os novos colaboradores dentro de uma nova esfera social. Um verdadeiro resgate de saberes ancestrais. Alimenta-se a tentativa de apresentar novos horizontes aos integrantes do projeto (Capoeira dos Mandingueiros: Resistência e Inclusão Social). Formulamos uma programação que explanasse de forma simples e de fácil entendimento os fundamentos e conhecimentos proporcionados pela Capoeira Angola e suas vivências.

A interação de todos os discentes que se dispuseram a participar das atividades é consequência dos mecanismos utilizados no projeto. Na apresentação do projeto tivemos bom alcance em relação ao número de alunos que participaram, foi realizada uma roda de diálogo, onde todos puderam opinar sobre a vivência ofertada, em um universo onde a cultura e a educação, em síntese, formam uma opção de propagação e trocas de conhecimentos. Nesta atividade contamos com a presença de personagens que mantem viva a memória de seus ancestrais, como os Mestres de Capoeira Bamba, Negão, Curió, e Açougueiro os quais trouxeram sua vivência e maior entusiasmo entre os participantes. As oficinas e aulas de Capoeira Angola foram realizadas dentro do campus durante todo o período letivo relativo ao semestre 2019.2, nas quais tivemos a participação de discentes dos mais variados cursos.

A capoeira angola aplicada abrange todos os públicos em seus movimentos e aprendizados, englobando experiências musicais e corporais, amplia a percepção dos participantes que passam a perceber a cultura como fonte riquíssima de aprendizado. No tocante aos projetos realizados pelo Mandingueiros do Amanhã, percebemos que difundir os benefícios da prática da capoeira angola passa a ser uma forma de reagir contra a de evasão escolar, transformando-a em um instrumento resistente enquanto a inclusão do jovem, em poder de auto afirmação enquanto a sua ancestralidade e cultura.

2 MATERIAL E MÉTODOS

As atividades consistiram na realização de revisão bibliográfica pertinente ao tema da Capoeira e na realização de debates, aulas e oficinas da chamada Capoeira Angola, incluindo abordagem teórica, percussão e movimentação.

Foi utilizado áreas do próprio Campus Paulo VI para as atividades propostas aos discentes como também espaço do Centro Cultural e Educacional Mandingueiros do Amanhã. As atividades

ocorreram semanalmente, às terças e sextas-feiras, no horário das 11:00 as 12:30h, com oficinas de movimentação e musicalidade na capoeira angola.

3 RESULTADOS

As atividades e vivências realizadas durante o segundo semestre de 2019 no Campus Paulo VI, contribuíram para maior difusão da Capoeira Angola no âmbito da Universidade, em especial junto aos discentes que se dispuseram a participar das vivências oferecidas.

Ao desenvolver este projeto de mãos dadas com o Centro Cultural e Educacional Mandingueiros do Amanhã, tivemos o esclarecimento de como a resistência se faz presente dentro de projetos como este, na tentativa de resgate não só da cultura, dos ancestrais, mas também de jovens e crianças que não possuem tantas expectativas no universo que se encontra inserido. Ao se deparar com a realidade cruel das classes menos favorecidas, os jovens se veem sem alternativas a recorrer. Na Capoeira Angola, encontram a chance de auto afirmação, de todo um povo, de toda uma história de luta e resistência. Difundir estes saberes no meio acadêmico é como plantar uma semente no pensamento de cada um, e este terá a responsabilidade de transpassar os conhecimentos e aprendizados para o próximo, transformando assim num ciclo onde a troca de conhecimento é o foco principal, assim como a valorização da diversidade de gênero, raça e cultura.

Ficou evidenciado a importância de existir espaços na UEMA destinados a prática não somente da capoeira como das diversas atividades que englobam a cultura do nosso estado e até mesmo do nosso país, proporcionando aos estudantes uma ampliação do universo cultural e maior aproximação com as manifestações culturais existentes, contribuindo para a valorização de patrimônios culturais imateriais. O apoio do PIBEX para continuação e perpetuação de projetos como este, é de grande importância, uma vez que estimulados, os discentes e todos os participantes irão participar com mais ênfase e conseqüentemente aprender e ensinar com mais excelência, tornando o trabalho mais valioso e construtivo.

Vale destacar que em razão da pandemia do novo coronavírus, algumas das atividades previstas não foram realizadas. A continuidade do Projeto nesse cenário deu-se através de revisão bibliográfica e acompanhamento das atividades desenvolvidas virtualmente pelo Mandingueiros do Amanhã.

As vivências proporcionadas aos discentes foram de grande valia e renderam esperanças e valorização da cultura e a importância da inclusão social dentro e fora do campus.

Figura1 e 2. Vivencia com os Mestres da Capoeira Angola





Fonte: Diniz, 2020.

4 CONCLUSÕES

- Após um período curto mas que também foi bastante proveitoso enquanto a interação dos discentes dentro do projeto, tivemos as praticas dentro do campus pausadas, mas o projeto teve continuidade, em uma valorosa pesquisa bibliográfica. dando ênfase a capoeira e também aos projetos desenvolvidos dentro do Centro Educacional e cultural Mandingueiros do Amanha
- As vivências práticas de Capoeira, infelizmente, diante das atuais condições do planeta, o nosso “novo normal”. Teve adequações, sendo assim: algumas de nossas atividades previstas não foram realizadas. De contrapartida, temos uma nova percepção implantada na ideologia dos discentes que se proporcionaram a participar das vivencias oferecidas até o início do novo modelo de interação social.
- Fica evidenciado a importância de existir espaços destinados a prática não somente da capoeira como das diversas atividades que englobam a cultura do nosso estado e até mesmo do nosso país, utilizar destes mecanismos juntamente com a ideia de educar e conscientizar da importância das nossas riquezas imateriais, foi sem dúvidas uma experiência sem igual, que é merecedora de visibilidade e continuação para tal.
- O apoio do PIBEX para continuação e perpetuação de projetos como este, é de grande importância, uma vez que estimulados, os discentes e todos os participantes irão participar com mais ênfase e consequentemente aprender e ensinar com mais excelência, tornando o trabalho mais valioso e construtivo.

REFERÊNCIAS

BARROS; BRUSTOLIN, Valdira; Cíndia. **Encontros Ancestrais Capoeira Angola em Terras Quilombolas**. São Luis: EDUFMA, 2015

FERREIRA; COLMENERO; Vicente; J.B. **Quem é Mestre Pastinha**. Salvador-BA: 1964

AMADO; Jorge; **Capitães de areia**. São Paulo- SP: Companhia das Letras: 2008